



**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

AURÉLIO SECUNDO FERREIRA

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EJA PROFISSIONAL:
Desafios e perspectivas no Campus Picos do IFPI**

Salgueiro - PE

2025



AURÉLIO SECUNDO FERREIRA

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EJA PROFISSIONAL:
Desafios e perspectivas no Campus Picos do IFPI**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - *Campus Salgueiro*, como requisito para obtenção do grau de mestre em educação.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha

Salgueiro - PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F111 FERREIRA, Aurélio Secundo.

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EJA PROFISSIONAL: Desafios e perspectivas no Campus Picos do IFPI / Aurélio Secundo FERREIRA. - Salgueiro, 2025.
112 f.: il.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha.

1. Educação Profissional. 2. formação humana integral. 3. evasão. 4. educação de Jovens e adultos. I. Título.

CDD 370.113

AURÉLIO SECUNDO FERREIRA

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EJA PROFISSIONAL:
Desafios e perspectivas no Campus Picos do IFPI**

Dissertação apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - *Campus* Salgueiro, como requisito para obtenção do grau de mestre em educação.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica –EPT

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macro Projeto 5: Organização do currículo integrado na EPT

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha

Aprovado em: xx/xx/xxxx.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gabriel Kafure da Rocha (Orientador/IFSertãoPE)

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira (IFSertãoPE)

Prof.Dr. Gustavo Hessmann Dalaqua
Universidade Federal do Amazonas

Dedico essa conquista aos meus pais (in memoriam), a toda a minha família pela paciência e apoio. Vocês foram essenciais nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente a Jeová Deus que me deu serenidade e sabedoria para que este trabalho fosse concluído. Sem esse apoio divino nada seria possível.

Aos familiares queridos em especial a minha esposa Luzia pela paciência, compreensão, apoio e carinho durante esse processo.

A minha filha Rute e ao novo rebento Ravi que abdicaram de estar comigo durante esse período.

Aos meus professores do mestrado em educação profissional tecnológica-profEPT do Instituto Federal do Sertão Pernambucano *Campus* Salgueiro pelo incentivo e aprendizado durante o curso. Especialmente agradeço ao Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha por sua orientação, competência e destreza em me incentivar nesse percurso acadêmico.

Aos meus colegas da V turma do profEPT campus Salgueiro que participaram de tantos momentos de aprendizados, dúvidas, incertezas e trocas de experiências. Vocês fizeram parte de minha formação e tem o meu respeito e consideração. Quero registrar aqui um agradecimento especial ao amigo e colega de turma o Wicara, pela parceria que tivemos ao longo dessa jornada. Foram muitas idas e vindas ao *Campus* Salgueiro em seu transporte, momentos de compartilhamentos de vivências, saberes e conversas amistosas e agradáveis

Aos membros da banca, nas pessoas do Prof. Dr. Kelsen e Prof. Dr. Gustavo pelas prestimosas contribuições que certamente enriqueceram esta versão do trabalho. Suas instruções e acompanhamento durante a produção dessa dissertação foram de grande valia.

Aos participantes da pesquisa, alunos(a) e coordenadores do curso EJA Profissional Comércio do *Campus* de Picos do Instituto Federal do Piauí, pela cortesia com que me receberam e a prestimosidade em colaborar com a pesquisa.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram e fizeram parte desta etapa decisiva da minha vida. A vida depende das pessoas que a gente conhece e das coisas que a gente aprende. Ter conhecido vocês nesse período foram um grande aprendizado, que guardarei na mente e coração. Muito obrigado, do fundo do meu coração.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, é ir atrás, é construir, é se juntar, e não desistir, é levar adiante, é juntar-se com os outros para fazer de outro modo. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperar!" (Freire,1992).

RESUMO

Inúmeros desafios envolvem a Educação de Jovens e Adultos, que contribuem para o seu pouco protagonismo no cenário educacional. Dentre eles, podemos destacar a evasão dos estudantes a essa modalidade de ensino. Nesse sentido, esse trabalho pretende identificar que fatores provocam a descontinuação dos alunos (a) em permanecer no Instituto Federal do Piauí Campus Picos no Curso técnico de Comércio. O estudo traz ainda, a importância de se conhecer a formação humana integral dentro do contexto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O presente trabalho procurou investigar as causas das dificuldades e desafios, que possam impactar no ensino e aprendizagem dos estudantes, contribuindo para a não permanência e êxito na instituição de ensino analisada. Esse trabalho destacou os objetivos principais, as referências teóricas e os fundamentos estruturantes dos Institutos Federais (Pacheco,2020). Apresentou o conceito do termo *Bildung* e sua relação com a educação e formação (Winkler,2012). Mostrou a concepção de formação integrada na superação da divisão social do trabalho (Ciavatta,2012). Expôs a formação autônoma e emancipatória dos alunos, possibilitando o desenvolvimento omnilateral (Frigotto,2021). Apontou que o modo de vida material é fator condicionante da vida econômica, política, social e intelectual (Marx,2008). Evidenciou à luz da organização econômica consolidada em nossa sociedade, o surgimento de intelectuais orgânicos suas definições e representações (Gramsci,1982), esclareceu historicamente em sua gênese a satisfação das necessidades do ser humano e a ação de satisfazê-la como o primeiro feito e ato histórico (Marx; Engels ,2007). Relatou o pensamento gramsciano sobre: a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual, escola desinteressada e unitária e suas questões culturais e humanísticas, no reforço da formação de pessoas para se tornarem não apenas trabalhadores, mas dirigentes (Nosella,2014). A metodologia empregada na pesquisa, se deu através de uma pesquisa de revisão bibliográfica caracterizada como uma pesquisa descritiva e exploratória sobre o tema em consideração e mediante a realidade estudada no Instituto Federal do Piauí *Campus* Picos no público da EJA profissional. O estudo apresentou contribuições significativas para a compreensão dos fatores que favorecem a permanência e evasão na EJA Profissional *Campus* Picos no contexto da formação humana integral, evidenciou o entendimento mais preciso do relacionamento entre trabalho e desistência do aprendente quanto a trabalhar e estudar simultaneamente e ainda forneceu percepções de como a formação humana integral mostra ser uma abordagem para desenvolver sujeitos críticos, reflexivos, autônomos e emancipados afirmando o trabalho como princípio educativo .A linha de pesquisa desse trabalho é caracterizada pela organização e memórias de espaços pedagógicos na educação profissional e tecnológica (EPT) dentro do macro de organização do currículo integrado na EPT.

Palavras-chave: formação humana integral; evasão; educação de Jovens e adultos.

ABSTRACT

Numerous challenges involve Youth and Adult Education, which contribute to its low prominence in the educational scenario. Among them, we can highlight the dropout rate of students in this type of education. In this sense, this work aims to identify which factors cause students to discontinue their studies in the Technical Course in Commerce at the Instituto Federal do Piauí, Picos Campus. The study also highlights the importance of understanding integral human development within the context of the National Program for the Integration of Vocational Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality. This work sought to investigate the causes of difficulties and challenges that may impact students' teaching and learning, contributing to their failure to remain and succeed in the educational institution analyzed. This work highlighted the main objectives, theoretical references, and structuring foundations of the Federal Institutes (Pacheco, 2020). It presented the concept of the term *Bildung* and its relationship with education and training (Winkler, 2012). He demonstrated the concept of integrated training to overcome the social division of labor (Ciavatta, 2012). He exposed the autonomous and emancipatory training of students, enabling omnilateral development (Frigotto, 2021). He pointed out that the material way of life is a conditioning factor of economic, political, social and intellectual life (Marx, 2008). He highlighted, in light of the consolidated economic organization in our society, the emergence of organic intellectuals, their definitions and representations (Gramsci, 1982), and historically clarified in its genesis the satisfaction of human needs and the action of satisfying them as the first historical deed and act (Marx; Engels, 2007). He reported Gramscian thinking on: the dichotomy between manual and intellectual labor, disinterested and unitary school and its cultural and humanistic issues, in reinforcing the training of people to become not only workers, but leaders (Nosella, 2014). The methodology used in the research was through a bibliographic review research characterized as a descriptive and exploratory research on the topic under consideration and through the reality studied at the Instituto Federal do Piauí Campus Picos in the public of professional EJA. The study presented significant contributions to the understanding of the factors that favor permanence and evasion in Professional EJA Campus Picos in the context of integral human formation, evidenced the most precise understanding of the relationship between work and the learner's withdrawal regarding working and studying simultaneously and also provided insights into how integral human formation shows itself to be an approach to develop critical, reflective, autonomous and emancipated subjects, affirming work as an educational principle. The line of research of this work is characterized by the organization and memories of pedagogical spaces in professional and technological education (EPT) within the macro organization of the integrated curriculum in EPT.

.

Keywords: comprehensive human formation; dropout; youth and adult education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Foto da Tela inicial superior do Produto Educacional.....	80
Quadro 02: Perguntas do questionário.....	82
Quadro 03: Categorias experiência no curso.....	83
Quadro 04: Categorias Dificuldades pessoais e institucionais.....	85
Quadro 05: Categorias motivos para evasão.....	86
Quadro 06: Categorias Recursos institucionais valorizados.....	87
Quadro 07: Categorias Contribuição para formação integral.....	88
Quadro 08: Categorias Fatores pessoais para permanência.....	88

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro de Educação Profissional e Tecnológica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEJA	Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEF	Fundo de Valorização do Ensino Fundamental
IFPI	Instituto Federal do Piauí
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	17
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM NOSSO PAÍS COM SUAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.....	17
2.2 UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: SUAS BASES TEÓRICAS, AÇÕES E FUNDAMENTOS ESTRUTURANTES.....	22
3 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: RAÍZES EM BIUDING E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.....	25
3.1 CAPITALISMO: INTELECTUAIS ORGÂNICOS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO FRENTE AO GRANDE DESAFIO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.....	28
3.2 HISTORICIDADE DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.....	31
3.3 OLHAR GRAMSCIANO SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.....	33
4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS IMPLICAÇÕES.....	37
4.1 ENTRE RETROCESSOS E AVANÇOS NA EJA.....	39
4.2 PENSAMENTO FREIRIANO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	41
4.3 ENSINO E POLÍTICA POPULAR FREIRIANA PARA EJA.....	45
4.4 DESAFIOS INTRÍNSECOS A EJA E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NO CAMPO EDUCATIVO.....	51
5 PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL NA EJA PROFISSIONAL UM ALVO A SER ATINGIDO.....	56
5.1 LEGISLAÇÕES GARANTIDORAS DO ACESSO E PERMANÊNCIA A EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	57
5.2 UM MANUAL QUE ORIENTA O ENFRENTAMENTO A EVASÃO E AMPLIAÇÃO DA PERMANÊNCIA NA EPT.....	60
5.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ÊXITO ESTUDANTIL.....	62
6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	67
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	67
6.2 LOCAL DA PESQUISA.....	69
6.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	71

6.3.1	DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	71
6.3.2	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	72
6.4	CRITÉRIOS ÉTICOS.....	72
6.4.1	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PESQUISA.....	72
6.4.2	RISCOS DA PESQUISA	73
6.4.3	BENEFÍCIOS DA PESQUISA.....	74
6.5	DEMONSTRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	75
7	PRODUTO EDUCACIONAL.....	76
7.1	ESTRUTURAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	79
8	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	82
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICE A-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCALRECIDO.....	107
	APÊNDICE B- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO 01.....	109
	APÊNDICE C- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO 02.....	110

1 INTRODUÇÃO

A educação é parte importante e integrante do indivíduo durante toda a sua vida, esse processo contínuo e progressivo se torna imprescindível para a vida em sociedade. Precisamos como seres em desenvolvimento e inacabados que somos, nos educar e sermos educados para a vida social. O inacabamento do ser humano como seres históricos faz parte de sua consciência, e a educação é um quefazer humano de caráter permanente diante da Fragmentação dos homens (Freire, 2018).

Uma das fases de desenvolvimento do ser humano no qual essa educação deve estar presente é na vida adulta, esse estágio de desenvolvimento é de suma importância para a perpetuação da espécie e para as ações educativas que se exigem nesta fase adulta. A educação de adultos se faz necessário em nossa população, visto que os mesmos são responsáveis pelas futuras gerações. Os governantes precisam prover meios de instruir essa parcela da população para que a sociedade tenha avanços e progresso.

Neste respeito, a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil se apresenta como uma realidade contemporânea, no entanto, sua origem remonta ao período colonial. Desde a sua implementação, a educação para esse público tem atravessado por diversos momentos de cunho político e social, e tem se mostrado até o presente momento, um modelo resistente. Dentro desse contexto, o percurso da EJA em nosso país, foi e é assinalado por inúmeras transformações, evidenciando sua estreita relação com as mudanças de caráter político, social e econômico caracterizado em cada fase histórica (Dominguez; Ramos; Paniz, 2022).

Diante dos percalços que esse ensino passou, surgiu a grande necessidade de integração, uma composição entre a formação humana integral e profissional. Nesse sentido, foi criado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2005 o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) através do decreto n.º 5.478/2005 e logo em seguida pelo Decreto n.º 5.840/2006., inicialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e depois nos estados e municípios. Uma política pública que proporcionou unir de forma articulada e integrada a educação básica e educação profissional (Brasil, 2005; 2006).

No entanto, mesmo com essas legislações direcionadas para o público de jovens e adultos, podemos perceber que não foram suficientes para dar uma projeção para essa parte da população, que foi alvo de várias mudanças e interferências.

1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Essa pesquisa se faz necessária devido os alunos(a) da EJA profissional *Campus Picos* do Instituto Federal do Piauí do Curso Comércio do Ensino Médio Integrado (EMI), encontrarem-se com dificuldades em permanecer no referido curso. Em base pessoal decidi fazer esse estudo, devido já ter investigado esse público de jovens e adultos quando era discente na graduação de pedagogia na Universidade Federal do Piauí(UFPI/2011), no qual pesquisei a avaliação da aprendizagem no contexto do ensino fundamental II na Unidade Escolar Urbano Eulálio Filho em Picos/PI, e ter atuado também como professor temporário na Área de Polivalência com a III – Etapa (4º e 5º ano do Ensino Fundamental) Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Unidade Escolar Julieta Neiva Nunes(Picos-PI/2012).

Pretendi continuar a pesquisa na condição de aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) com esse mesmo público, e no mesmo nível de ensino que é a educação básica, mas agora em outra etapa que seria o ensino médio integrado profissional no Instituto Federal de Educação do Piauí *campus Picos*, que proporciona uma formação humana integral, sendo uma oportunidade de fazer um paralelo de estudos em instituições e etapa de ensino diferentes.

Nesse âmbito, Costa e Amorim (2021) ressaltam que estudar a problemática da educação de jovens e adultos, é de grande importância e significado para o professor e pode contribuir para alargar a relação entre o aluno, auxiliando na compreensão de várias possibilidades de ensino e aprendizagem, colocando a história de vida do aluno em consideração, no sentido de edificar dentro do processo educativo uma percepção ampla e integradora.

Já Carmo, Amorim e Remédios (2020) destacam que:

Percebe-se ainda a necessidade de um olhar multidimensional em relação ao PROEJA, tendo em vista a formação integral e omnilateral, uma concepção de formação humana que visa a integração de todas as dimensões da vida: o trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo. Não se pode admitir que a educação profissional seja planejada e desenvolvida simplesmente para atender as necessidades mercadológicas, que priorizam os interesses da produção e não os dos trabalhadores. Daí a necessidade de aumentar e diversificar as pesquisas sobre o PROEJA e suas diversas perspectivas, a fim de conhecer o público alvo e suas necessidades específicas.

Certamente, a EJA profissional precisa de uma atenção primária, para que a mesma não sirva apenas para a lógica do capital e produza aprendentes para adentrar

no mundo do trabalho, sem desenvolver no indivíduo a formação integral, ou seja, o desenvolvimento em todas as suas amplitudes. Quanto mais pesquisas forem feitas com esse público, mais podemos compreendê-los e darmos aos mesmos, oportunidades de inserção na sociedade.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A educação de jovens e adultos passou e ainda passa por instabilidades, que a colocam à margem do contexto educacional. Sendo assim, dentro do contexto da EJA profissional no *Campus Picos* surge uma problemática: Que fatores provocam a evasão dos estudantes no Instituto Federal do Piauí IFPI *Campus Picos* no Curso Comércio EJA Profissional? Nesse aspecto, podemos destacar que a permanência dos alunos(a) que tenha como fruto o êxito estudantil, é um resultado satisfatório para as instituições de ensino superando as dificuldades de fuga dos aprendentes. Ter o êxito como solução é um percurso a ser atingido pelos estabelecimentos escolares, e se torna um fator preponderante em relação a evasão que merece total consideração nesse trabalho.

A escolha do curso técnico de Comércio no Instituto Federal do Piauí *Campus Picos*, na modalidade EJA Profissional, baseia-se em sua importância socioeconômica e educacional, oferecendo a jovens e adultos a oportunidade de concluir a educação básica e obter formação profissional. No entanto, a evasão é um desafio recorrente, influenciado por diversos fatores como: a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, a falta de motivação e identificação com o curso, desafios socioeconômicos, condições estruturais e pedagógicas inadequadas, um histórico educacional fragmentado e pressões familiares e sociais. Muitos alunos enfrentam sobrecarga de trabalho e responsabilidades familiares, além de estigmas associados à EJA, o que agrava a situação. Entender essas causas é essencial para formular estratégias de retenção que aumentem a permanência no curso, como o desenvolvimento de ferramentas de apoio, como um *blog* para engajar e acompanhar os alunos de maneira mais próxima, criando um ambiente que favoreça a conclusão do curso.

O presente trabalho tem como objetivo geral:

- Investigar como se dá a evasão e permanência no âmbito da EJA profissional

campus Picos do IFPI.

E para que essa grande finalidade seja alcançada, detalhamos os objetivos específicos que são:

- Identificar as principais dificuldades da permanência dos discentes e causas de evasão em curso de EJA Profissional;
- Analisar a relação entre o trabalho e desistência do aluno(a) quanto a trabalhar e estudar simultaneamente;
- Elaborar um material de orientação ao enfrentamento da evasão na EJA profissional intitulado: EJA em Ação-Permanecer para crescer;
- Avaliar o material proposto com as orientações para evitar a evasão.

Abordaremos, a partir desse momento as seções que evidenciam o referencial teórico desse trabalho, a primeira seção dá destaque a Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e suas legislações bem como suas bases teóricas, ações e fundamentos estruturantes. A segunda seção nos traz atenção a formação humana integral: raízes em *bildung* e sua relação com a educação e formação. Já a terceira seção discorre sobre os aspectos históricos da educação de jovens e adultos e suas implicações, concluindo com a quarta e última seção que trata da permanência e êxito estudantil na EJA-EPT.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A educação é parte integrante da formação do indivíduo durante a sua vida, e é através dela que o ser humano se desenvolve no meio social. Vivemos em uma sociedade que exige muito no campo educativo, e que espera que sejamos pessoas protagonistas e proativas quanto aos estudos. No entanto, existe uma dualidade quando se fala da educação propedêutica e a educação direcionada para o trabalho. Esse dualismo se caracteriza em uma educação para a elite e outra para a classe trabalhadora. Isso remonta aos primórdios e mostra uma ligação da educação profissional aos desafortunados. Esse elo era tido como algo de menor importância, já que anteriormente a educação para profissões técnicas era para os menos abastados, e reservado aos da classe subalterna. Já a educação propedêutica era direcionada para as elites, no sentido de formarem dirigentes no futuro.

2.1 Breve Histórico da Educação Profissional e Tecnológica em nosso país com suas Legislações Pertinentes

Em meados do ano de 2006, o *campus* Picos do Instituto Federal do Piauí (IFPI) mediante planejamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do governo Federal do Brasil iniciou-se historicamente. No entanto, no dia 25 de maio de 2007 houve a sua instalação no município, com a doação do terreno pela prefeitura municipal de Picos em uma área de aproximadamente 5 hectares.

A implantação do *campus* Picos no Território Vale do Rio Guaribas, um dos territórios de desenvolvimento do estado do Piauí, cujas potencialidades são divididas em 12 territórios, não apenas amplia a presença e a atuação do IFPI no interior, mas também busca o desenvolvimento socioeconômico regional. Seu objetivo principal é elevar os níveis de escolaridade e ampliar o acesso ao conhecimento. Promovendo a identificação das vocações produtivas locais, valorizando a preservação da cultura e do meio ambiente e conseqüentemente contribuindo para o bem-estar dos cidadãos picoenses (Ferreira,2023).

O município de Picos situa-se na região sudeste do estado do Piauí fazendo divisa com vários municípios em seu entorno. Essa posição geográfica estratégica

de Picos favorece significativamente os municípios vizinhos, uma vez que o campus do Instituto Federal do Piauí (IFPI) é responsável por atender à demanda educacional de toda essa região. Uma característica marcante do município é o seu entroncamento rodoviário, o qual atrai população não apenas dos municípios vizinhos, mas também de estados limítrofes, essa intensa circulação entre Picos e outras regiões contribui diretamente para o fortalecimento do comércio local e dos serviços prestados, fator determinante para a escolha do município como sede de um campus do IFPI(Rocha,2022).

Desse modo, em todo o estado do Piauí se vê a presença do comércio tanto o tradicional como o moderno, tendo como destaque as feiras livres onde são comercializados diversos produtos desde os agropecuários, industriais como alimentícios possibilitando a dinamização dos comércios locais. Esse setor terciário de comércio e serviços tem se protagonizado em nosso estado e nas cidades maiores, contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) bem como dos postos de trabalho. A participação do comércio e serviços na economia brasileira e piauiense tendo como resultado a oferta de emprego e renda, propiciou a oferta do curso técnico em comércio na modalidade EJA profissional no nível de ensino médio integrado do eixo tecnológico Gestão de Negócios (Brasil,2022; Ferreira,2023).

Uma vez que realizamos alguns esclarecimentos a respeito da história do *campus* Picos do Instituto Federal do Piauí, convém descrever sobre como se iniciou e desenvolveu a educação profissional e tecnológica no Brasil bem como seu arcabouço legal. Nesse aspecto, podemos comprovar mediante a história da educação profissional como essa modalidade de ensino teve sua inicialização. Conforme fica evidente nas palavras de Ramos (2014, p.24) quando destaca que:

Os primeiros indícios do que hoje se pode caracterizar como as origens da educação profissional surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI. Nessa direção, ao longo do século XIX foram criadas várias instituições, predominantemente no âmbito da sociedade civil, voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, dentre essas, os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos. A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes.

Certamente, a educação profissional em nosso país teve seu início direcionada para a classe trabalhadora e aos seus filhos, aqueles que trabalhavam para se auto sustentarem e sustentarem suas próprias famílias. Tinha um viés de assistencialismo, de amparo. Essa condição se refletia nas políticas públicas da época, e estavam imbricadas na sociedade que reproduzia o modo de produção da época. Esse início principiante nos mostra como se deu a educação profissional em nosso país, e como então eram tratados os de condição humilde e o pobre. Sendo destinados para os mesmos, uma educação voltada exclusivamente para o trabalho.

Quanto a Educação Profissional no território brasileiro, podemos destacar um avanço no período compreendido pela reforma do Estado Novo, onde as Escolas Técnicas Federais implementaram para o seu ingresso testes, deixando de lado então, o caráter da destinação da educação profissional para os mais pobres, como era nas escolas de Artífices. Ainda dentro desse contexto, segundo Xavier e Fernandes (2019, p.104):

Foi desencadeado o processo de industrialização no país, fortalecendo a nova burguesia industrial exigente de um posicionamento da classe dirigente sobre a educação nacional. Como resposta a essa demanda, no início dos anos 1940, foram criadas as Leis Orgânicas da Educação Nacional –a Reforma Capanema, conjunto de Decretos-lei que definiram leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professor em nível médio.

Nota-se nesse período, que o poder hegemônico representada pela burguesia produtiva exerceu forte influência na educação em nosso país. Resultando em ordenamentos, que regiam a educação profissional em cada ramo de atividade econômica e na formação de docentes relativos ao ensino médio.

Certamente, com advento da industrialização houve a grande necessidade de preparar mão-de-obra para o meio produtivo, e o ensino profissional e tecnológico se prevaleceu sobre os demais ensinos, com o intuito de inserir força de trabalho na cadeia produtiva. Mesmo diante de tensionamentos direcionado ao ensino propedêutico, o resultado foi as leis de equivalência entre os ensinos técnicos, médio e secundário de forma parcial, pressionados pelos segmentos populares e instituídos de forma organizada durante os anos 1950 (Ciavatta; Ramos, 2011).

Nesse âmbito, percebemos em quais moldes a educação profissional e tecnológica foi pavimentada, para atender aos interesses econômicos de cada época. Travando embates como o ensino propedêutico, aquele relativo aos ensinos básicos

e científicos de determinadas disciplinas, que serve de base para os conhecimentos de caráter técnico-profissional. Essa forma aligeirada de formar o indivíduo para sua inserção no mundo do trabalho sem contemplar os conhecimentos científicos, foi provocada pelas demandas do setor produtivo e econômico que encontrou resistências na época para a sua implementação, graças a organização de setores populares comprometidos com uma educação para a vida e não só para atender as exigências mercadológicas.

Com advento da Constituição Federal de 1988 houve uma necessidade de ser aprovada uma nova lei para a educação brasileira, essa lei entrou em vigor no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A referida lei de nº 9.394 trouxe uma estruturação para a educação brasileira, sendo elas divididas em níveis, que são a educação básica e a educação superior. Trazendo um capítulo inteiro sobre a educação profissional e uma nova dimensão para o mundo do trabalho (Brasil,1988;1996).

O termo Educação Profissional estava previsto na LDB/1996 que teve uma atualização com a lei 11.741 de 2008 tornando o vocábulo mais abrangente. O denominando de Educação Profissional e Tecnológica e o integrando a outros níveis e modalidades educativas (Brasil,2008).

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei 9.394 de 20/12/1996; Brasil,1996), concernente a Educação Profissional e Tecnológica:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I –De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II –De educação profissional técnica de nível médio;

III –de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação... (Brasil, 1996, cap. III, art.39).

Nesse sentido, o termo educação profissional antes utilizado para se referir de modo genérico tanto aos cursos de preparação para o trabalho como os técnicos, tem

uma nova extensão integradora e agregadora com a terminologia tecnológica, incluindo os mais diversos níveis e modalidades de ensino dentre eles: cursos de curta duração, graduação, pós-graduação relativos as tecnologias no contexto da formação profissional.

No Brasil, mediante a legislação atual temos a educação profissional e tecnologia-EPT que inclui os cursos de nível médio integrado, com habilitação para a formação profissional e ensino médio ao mesmo tempo na mesma instituição de ensino, subsequente com habilitação profissional depois do ensino médio, concomitante com habilitação profissional e médio em instituições distintas, cursos tecnológicos superiores e de formação inicial e continuada. Essas ofertas possibilitadas ao ensino médio através do decreto 5.154/2004, trouxe a articulação e integração da educação profissional técnica ao ensino médio promovendo uma reorganização do ensino profissional no Brasil (Brasil,2004).

Esse decreto idealizado em 2004 no governo Lula como uma política pública para a educação profissional, revogou o decreto nº 2.208/97(Brasil,2004;1997). Sobre esse ordenamento legal, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.1090) ressaltam:

Um novo decreto seria um dispositivo transitório que, enquanto garantisse a pluralidade de ações a sistemas e instituições de ensino, mobilizasse a Sociedade Civil em torno do assunto. O que se pretendia era a (re)construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória dessa classe. Acreditava-se que a mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico, a qual conquanto admitisse a profissionalização, integraria em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promoveria um fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira.

Essa legislação foi responsável pelo resgate de integrar a educação profissional ao ensino médio. Nesse quesito percebemos uma alternativa, um ensino médio integrado permitindo ao aprendiz uma formação que articule a ciência, cultura e trabalho. Certamente, o governo progressista do então presidente Lula em 2008 em seu segundo mandato, trouxe avanços significativos para a educação profissional e tecnológica, conforme Garcia *et al.* (2018, p.110) enfatiza:

Em 29 de dezembro de 2008, após muitos debates, resultou-se na publicação da Lei 11.892, que no âmbito do Ministério da Educação criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais apresentam um novo modelo de Educação Profissional,

estruturados a partir dos Cefets, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm a ser uma síntese do que a Rede Federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal (Brasil,2008).

Essas unidades educativas foram originadas com o objetivo de se tornarem instituições de referência direcionada para o desenvolvimento local e regional, proporcionando uma melhoria de vida para a população menos abastada e que moravam e moram longe dos grandes centros. Essa política possibilitou que muitos alunos e alunas pudessem ter o acesso ao ensino médio e superior de qualidade, sem precisar se deslocar para as regiões metropolitanas ou grandes centros. Essa interiorização do ensino profissional e tecnológico foi responsável pelas mudanças sócio-político, econômico e cultural nas cidades contempladas.

2.2 Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica: suas Bases Teóricas, Ações e Fundamentos Estruturantes

Nesse âmbito, Pacheco (2020, p.7) sobre as joias institucionais denominadas Institutos Federais, destaca:

Os Institutos Federais... Tem como objetivos atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão.

Nessa perspectiva, essas instituições são uma guinada na educação brasileira no tocante as várias possibilidades que se apresentam a classe trabalhadora promovendo inclusão e cidadania, se articulando com os mais diversos níveis e modalidades de ensino no sentido de dialogar e reduzir dificuldades educativas. Podemos enfatizar também a manutenção da oferta de disciplinas no núcleo de formação básica como: Arte, Filosofia, Sociologia, Espanhol dentre outras no IFPI que contribui para uma formação integral do indivíduo (Brasil,2022).

Sobre as principais referências teóricas nas quais serve de base para o ensino nos Institutos Federais, podemos observar o que Pacheco (2020, p. 9) descreve:

Os Institutos Federais foram uma construção coletiva, coordenada pela SETEC/MEC, sob a direção maior do Ministério da Educação, Fernando Haddad. Participaram todos os dirigentes dos Cefets, Agrotécnicas, Escolas Técnicas, vinculadas às Universalidades, especialistas, pensadores da EPT e, praticamente todos os dirigentes da SETEC. Sua referência básica é Karl (Marx (1818/1883) com sua concepção de educação integral, através da formação geral humanística, física e profissional-tecnológica. A sua vinculação ao mundo do trabalho e a importância deste na construção do conhecimento e do próprio processo civilizatório, a POLITECNIA. Marx trata disto em O Capital, cap. XIII, A Maquinaria e a Indústria Moderna (Marx, 1994), A Ideológica Alemã (Marx e Engels, 1987) e Crítica ao Programa de Gotha (Marx e Engels, sd). Também não podemos esquecer as Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1868. (Marx e Engels, 1983, p.60), quando ele sistematiza o seu entendimento sobre educação. 1. Educação Intelectual 2. Educação Corporal 3. Educação Tecnológica

Diante do exposto, podemos compreender que esses centros de educação se fundamentaram nas teorias marxistas, que até hoje estão presentes em nossa sociedade. É só analisarmos as relações de produções no nosso modo de produção vigente, que sentimos na veia o que Karl Marx dizia a muito tempo sobre a luta de classes. Através do método de interpretação da realidade, o materialismo histórico dialético¹ constatamos essa real condição que nos é imposta pelo capitalismo.

As ações dessas instituições estão além do seu tempo, os fundamentos estruturantes dessas ações, conforme Pacheco (2020, p.10-11.) estão elencadas abaixo:

1. A VERTICALIDADE, que extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, em organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo fecundo e diversos entre as formações de diferentes níveis e modalidades. Implica na implantação de fluxos que permitam a construção de itinerários formativos entre os cursos da EPT, construídos livremente pelos educandos em diálogo com os educadores. 2. A

¹O materialismo histórico dialético é uma teoria filosófica, científica e metodológica desenvolvida por Marx e Engels que visa entender a realidade mediante as transformações históricas e sociais. Essa teoria é construída a partir da realidade concreta material formada com base na história, na dialética e nas relações sociais de produção. Essa concepção da realidade possibilita um estudo sobre a atuação dos institutos Federais na vanguarda da oferta de uma formação humana integral, identificando as contradições e disputas conflituosas inerentes a luta de classes e a divisão social do trabalho dentro do modo de produção vigente.

TRANSVERSALIDADE, diz respeito ao diálogo entre educação e tecnologia. Este é o elemento transversal presente no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, entendendo a organização da EPT por eixos tecnológicos. Envolve também o diálogo entre disciplinas, cursos, diferentes campi, Institutos e com a sociedade, objeto central de toda a ação educativa. Exige planejamento e trabalho coletivo 3. A TERRITORIALIDADE, trata do compromisso com o desenvolvimento soberano sustentável e inclusivo de seu território de atuação. O IF e o Campus são parte de um território e protagonistas do mesmo.

Desse modo, essas definições se entrelaçam mediante os princípios educativos e não se separam, mostrando assim uma harmonia conceitual entre a formação baseada em princípios. E quais princípios educativos regem os Institutos Federais? São eles: Formação Humana Integral, O Trabalho enquanto princípio educativo, A prática social como fonte de conhecimento e a Indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo (Pacheco, 2020).

Diante disso, os Institutos Federais surgiram com o objetivo de romper com dualidade da educação profissional brasileira. Pretendendo formar o indivíduo de forma humana integral e integrada, dando um viés politécnico a sua formação. Preparando o cidadão para o mundo do trabalho, permitindo compreendê-lo e não apenas para atender o mercado produtivo capitalista.

Essa formação humana dentro da sua integralidade, possibilita formar o ser humano contemplando todas as suas virtudes. Estruturando o indivíduo com habilidades formativas que auxiliam a lidar com as dificuldades que são intrínsecas ao sistema capitalista. Nesse aspecto, precisamos compreender como se dá a formação humana integral mediante o atual modo de produção.

3 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: RAÍZES EM *BILDUNG* E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A expressão *Bildung* “pressupõe uma ação educativa bastante abrangente, pois cabe manter conexões intrínsecas com a arte, a ética e a ciência para efetivar uma formação integral do indivíduo” (Nicolau, 2019, p.27). Essa formação proporciona ao ser em desenvolvimento, relações e contato com outras áreas do conhecimento, colaborando para a sua formação de forma integral.

A relação entre educação e formação dentro dos debates educativos, propiciaram a idealização do termo *Bildung*, expressão alemã utilizada para exprimir a formação do indivíduo com significação educativa, evidenciando a formação como um processo. Isso fica exemplificado na obra de Goethe, os anos de juventude de Wilhelm Meister trazendo a atenção a respeito dos seus anos de aprendizado, sendo decisivo aprender a formar-se (Suarez,2005). “Para Vieira Pinto, a identidade é constituída por meio da formação e educação, sendo duas dimensões de um único processo” (Lima,2015, p.151-152).

Abordaremos, a partir desse momento o termo *Bildung* relacionado a formação e sua ação educativa. Nesse aspecto, Pereira (2017, p.) destaca sobre a formação *Bildung* que:

Assim, percebe-se que a formação cultural (*Bildung*) não é apenas um resultado final de um processo, mas parte de um processo que não se finda, enquanto apreensão do conhecimento acumulado culturalmente, cultivado de geração em geração que visa superar os problemas dos momentos presentes e anteriores. Nesse sentido, encontra-se o relacionamento intrínseco com o problema que o ideal pedagógico da formação cultural (*Bildung*) visa resolver e superar, entre a vida e o espírito, o genérico e o individual, a natureza e a cultura.

Essa constatação é crucial para entendermos a formação nos seus mais variados aspectos, como parte do processo e não o fim dele. Podemos afirmar que a aquisição de conhecimentos ao longo da vida nos dá o suporte para acumularmos bagagem e enriquece a relação entre educação e formação, sendo importante para nos ajudar na resolutividade dos diversos problemas intrínsecos a natureza humana. Esse “conceito de *Bildung* reúne natureza e intelecto, vincula a própria conexão entre

desenvolvimento e historicidade, que então permite a percepção de que os humanos realmente se criam como uma das criaturas da natureza” (Winkler, 2012, p.95. tradução nossa).

A relação entre educação e formação, expressa no conceito de *Bildung*, é essencial para entender a educação como uma ferramenta de emancipação humana e combate às estruturas opressoras do capitalismo. *Bildung* refere-se a um processo formativo amplo, que vai além da mera transmissão de conhecimentos técnicos, envolvendo o desenvolvimento integral do ser humano em suas dimensões intelectual, moral, cultural e política. Historicamente, esse conceito emergiu como um pilar da filosofia moderna alemã, marcando debates centrais na pedagogia e na formação cultural. Tanto Kant, com seu cosmopolitismo, quanto Nietzsche, com sua defesa da educação aristocrática, trouxeram reflexões sobre a formação dos indivíduos e da cultura nacional. As reformas pedagógicas na Alemanha do século XIX refletiram essa preocupação, colocando o conceito de *Bildung* no centro do debate educacional, apesar de sua complexidade e resistência a uma definição conceitual universal. (Goergen, 2017).

Esse conceito de formação polivalente teve sua particularidade atribuída ao país da Alemanha em sua filosofia moderna, devido ter se preocupado com a concepção de educação. Formar o indivíduo e sua cultura nacional percorreu as reflexões filosóficas que contribuíram para as reformas pedagógicas que se sucederam na Alemanha no período do século XIX, resultado de debates feitos pelos que detinham o poder hegemônico e sábios da época, culminando nas elaborações de novas estruturas pedagógicas (Pereira, 2017).

No contexto marxista, especialmente nos escritos de György Lukács, *Bildung* adquire uma função crucial para superar as alienações impostas pelo capitalismo. Lukács argumenta que o sistema capitalista fragmenta o trabalho, separando o manual do intelectual, o que gera a alienação do trabalhador, que não compreende seu papel no processo produtivo. Nesse sentido, *Bildung* surge como um ideal de formação omnilateral ou polivalente, que busca restabelecer a unidade entre o pensar e o agir, capacitando o indivíduo a transcender as limitações da divisão social do trabalho e a participar de maneira ativa e crítica na sociedade.

A formação proposta por *Bildung*, segundo Lukács, não deve ser limitada ao desenvolvimento de habilidades técnicas ou profissionais para atender ao capital, mas sim promover uma educação que forme sujeitos críticos, capazes de identificar as contradições do sistema em que vivem e buscar transformações sociais. Essa formação integral possibilita o amadurecimento intelectual, a autonomia e o desenvolvimento de uma consciência crítica. Ao capacitar os indivíduos a compreender e transformar as estruturas sociais em que estão inseridos, a educação como *Bildung* torna-se um instrumento poderoso na luta contra as alienações do capitalismo, promovendo a emancipação humana. (Goergen, 2017).

Em sua evolução histórica, o conceito de *Bildung* passou de uma relação vertical, entre o homem e a deidade, para uma compreensão horizontal, envolvendo o indivíduo, sua realidade e suas interações. Incorporado à pedagogia do esclarecimento no século XVIII, *Bildung* afastou-se dos paradigmas teológicos, consolidando-se como conceito-chave da educação moderna. Assim, a educação como *Bildung* oferece não apenas uma formação técnica, mas também o desenvolvimento integral, capacitando o ser humano a ser um agente transformador da sociedade.

Nesse sentido, convém ressaltar que a educação no contexto humano/integral desempenha um papel importante na formação do ser humano e contribui significativamente na luta contra um estado capitalista que defende os seus próprios interesses (Mészáros, 2008). O grande desafio do nosso sistema educacional reside em formar o indivíduo de maneira abrangente. A formação é inerente ao ser humano, sendo um processo pelo qual o sujeito é preparado para integrar-se à sociedade cada vez mais dividida. Conforme destaca Ciavatta (2012, p.85):

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que são na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.

Nesse âmbito, a superação do indivíduo frente a divisão social do trabalho é um alvo a ser atingido para a formação integral em nossa sociedade, possibilitando ao aprendente o acesso não só aos conhecimentos operacionais, mais aos conhecimentos científicos permitindo uma formação mais íntegra.

O ambiente formal de ensino e aprendizado desempenha um papel de grande relevância na preparação do indivíduo para a vida em sociedade, possibilitando a capacitação, compreensão e buscando influenciar a realidade circundante. Como resultado, o ato sistemático de educar formalmente encontra-se incorporado nas instituições educacionais, onde a formação integral do ser humano é um elemento essencial no processo educativo. Este aspecto merece atenção de todos os participantes da comunidade educativa, incluindo educandos, educadores, gestores etc. A busca por uma formação emancipatória e autônoma dos alunos possibilita o desenvolvimento omnilateral, estimulando o pensamento crítico e reflexivo (Frigotto, 2021).

3.1 Capitalismo: Intelectuais Orgânicos e Relações de Produção frente ao grande Desafio da Formação Humana Integral

As escolas estão integradas a um sistema de produção em vigor, o capitalismo, que obstaculiza a busca do desenvolvimento humano completo em direção a uma educação politécnica e completa (Frigotto, 2021). Neste contexto atual, no qual a sociedade é constantemente moldada pela economia, podemos afirmar, sob a ótica do materialismo histórico dialético como abordagem interpretativa da realidade, que há estruturas que sustentam esse modelo de produção. Isso está em conformidade com o que Marx (2008, p.47) destaca:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção de vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a sua consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Certamente, a combinação de relações de produção que moldam nossa existência no contexto social estabelece a estrutura econômica que serve de base

para a superestrutura, caracterizada pela faceta ideológica predominante, com aspectos jurídicos e políticos, exercendo influência sobre nossa sociedade. Diante dessa perspectiva, à luz da organização econômica que se consolidou em nossa sociedade, ao longo de todo o processo histórico, surgiram grupos sociais que desempenharam um papel crucial na formação da cultura dentro do sistema capitalista. Entre esses grupos, merecem destaque os intelectuais orgânicos e suas diversas manifestações. Como destaca Gramsci (1982, p.3):

As mais importantes destas formas são duas:

- 1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.).
- 2) Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou -- pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Considerando o exposto, podemos observar ao longo da história a dicotomia persistente em nossa sociedade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre aqueles que realizam e os que supervisionam, uma dinâmica que também se manifesta em nosso sistema educacional. Esse sistema reproduz os interesses da classe dominante, promovendo, assim, a alienação do trabalho. Dentro desse modelo de produção, testemunhamos a expropriação do trabalhador, evidenciada nas relações sociais entre os produtores e os administradores.

Ainda sobre o aspecto das duas mais importantes formas de intelectuais orgânicos, Monasta (2010, p. 20) destaca que:

O primeiro exemplo de “intelectual” que Gramsci nos apresenta é o “empresário capitalista” que cria para si, “ao mesmo tempo, o técnico industrial, o especialista em economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo sistema jurídico etc. (...). O empresário representa um nível mais avançado da organização social, caracterizado por certa capacidade gerencial e técnica (isto é, intelectual)”. Essa é a definição que Gramsci oferece dos intelectuais “orgânicos” e de sua função, que é ao mesmo tempo técnica e política. Obviamente, temos de entender que muitos intelectuais “se representam a si mesmos como entidades autônomas e independentes do grupo dominante” e acreditam constituírem um grupo social próprio. A razão disso é que cada grupo social “essencial”, que aparece na história desde a estrutura econômica precedente, encontrou, pelo menos na história que se desenvolveu até hoje, categorias de intelectuais preexistentes que, à primeira vista, pareciam mesmo sobrevivendo às mudanças mais complicadas e profundas das formas sociais e políticas”.

Dessa forma, existe uma organização cultural alinhada à hegemonia, cujos intelectuais são identificados e reconhecidos pelas funções que desempenham na sociedade, às custas da força de trabalho. Essa função, de maneira mais ou menos consciente, geralmente implica liderança técnica e política de um grupo, seja ele o dominante ou outro que almeje uma posição de dominação. A história tem evidenciado que os termos e palavras adquirem novos sentidos e significados em consonância com a sociedade em diferentes contextos, refletindo assim a evolução da sociedade ao longo do tempo. Sendo assim, a valorização da formação integral dentro desse contexto é imprescindível e reinterpretar essa prática representa um grande desafio para todos os envolvidos no processo educacional.

Nesse aspecto, é de suma importância reconhecer a historicidade da expressão “formação integral” e seu significado que nos leva a uma visão abrangente e contextualizada sobre como podemos avançar em uma concepção educativa para todos. Além disso, formar o ser humano de maneira integral envolve diversos agentes em nossa sociedade, requerendo um processo formativo contínuo e progressivo.

Daí em diante, reproduzir a ideia de uma educação humana integral em uma sociedade capitalista representa um considerável desafio. Estamos imersos em um contexto de precarização, onde o poder do capital prevalece, e ainda não conseguimos implementar uma educação que abranja a todos. Conforme bem destaca Ciavatta (2014, p.197):

As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos.

Por esse viés, é preciso considerar que vivemos numa situação precária do ponto de vista de implementação de uma educação que seja integradora, o capital como hegemonia de poder impede que se avance em uma formação humana integral. O olhar mercadológico do poder hegemônico dentro do modo de produção vigente, impossibilita o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas amplitudes. Somando a isso, ainda temos uma tímida participação reivindicatória popular por uma educação de excelência.

3.2 Historicidade da Formação Humana Integral

Ao longo da história, o conceito de "formação integral" adquiriu diferentes significados, moldados por contextos sociopolíticos e filosóficos. No Iluminismo, foi associado ao desenvolvimento da razão crítica e à formação de cidadãos esclarecidos e moralmente responsáveis. No Marxismo, a formação integral visava superar a divisão do trabalho manual e intelectual, promovendo uma educação omnilateral e emancipatória. Paulo Freire, por sua vez, relacionou a formação integral à conscientização, incentivando uma educação libertadora que estimula a transformação social. Na tradição da Educação Católica, o conceito esteve ligado à formação moral e espiritual, segundo os princípios da referida educação buscava moldar cidadãos éticos conforme os valores cristãos. Atualmente, a formação integral abrange o desenvolvimento de competências socioemocionais, como criatividade e pensamento crítico, adaptando-se às demandas do mercado global e da sociedade contemporânea.

A concepção de formação humana integral tem sido contemplada ao longo da história por inúmeros pensadores e teóricos que contribuíram para elaborar conceitos, teorias, discursos e narrativas que aprofundam essa temática. Conforme a perspectiva

de Marx, a significância ontológica do trabalho reside em sua qualidade de atividade vital no processo de formação completa do ser humano. Portanto, para alcançar uma formação verdadeiramente humana, é necessário que o indivíduo se exteriorize e se aproprie da natureza que o rodeia. Suas faculdades essencialmente humanas, abrangendo os aspectos materiais e espirituais, adquirem uma natureza especificamente humana por meio desse intercâmbio. Desse modo, a reprodução das condições objetivas que garantem a satisfação das necessidades humanas é considerada o primeiro ato em toda a história humana (Zen; Oliveira, 2018).

É nesse contexto que, Ferreira (2023, p.5) discorre sobre o trabalho no sentido ontológico relacionado a formação humana integral, quando afirma que:

A origem do trabalho se coaduna com a existência humana, pois o ser humano para produzir sua própria existência precisa trabalhar, esse trabalho não é no sentido mercadológico, mais no sentido ontológico que busca compreender profundamente e abrangentemente a existência humana e a natureza essencial do ser humano. Quando aplicamos a perspectiva ontológica a formação humana integral, estamos considerando o desenvolvimento completo e holístico do ser humano em todos os seus aspectos: físico, mental, emocional, social e espiritual. Trata-se de uma abordagem que visa compreender e promover o pleno potencial e realização pessoal do indivíduo em todas suas dimensões.

Desse modo, o trabalho no seu sentido ontológico tem como missão entender de forma abrangente a nossa existência através da natureza. O ser humano senti a necessidade de algo e vai atrás para conseguir, esse movimento em torno da procura pode ser denominado trabalho. Considerar a desenvoltura do ser humano em todos os seus aspectos é de suma importância em nossos dias.

Nessa perspectiva, a sobrevivência humana, desde os tempos remotos, está intrinsecamente ligada à necessidade do ser humano de se envolver com a natureza para satisfazer suas demandas essenciais, dando origem ao trabalho. Esse processo é uma parte integral da existência e do desenvolvimento humano ao longo dos tempos. Marx e Engels (2007) destaca dentro do contexto histórico o que seria o princípio fundamental de toda a existência humana e, conseqüentemente de toda a história, sendo a necessidade de que os seres humanos estejam em condições de viver para poderem "fazer história". Contudo, para viver, é essencial contar com alimentos, bebidas, moradia, vestimentas e outros elementos.

O primeiro feito histórico, portanto, é a produção dos meios para satisfazer essas necessidades básicas, a criação da própria subsistência material. Este é, sem dúvida, um evento histórico, uma condição essencial ao longo de toda a história, que continua a ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os seres humanos vivos. O segundo ponto a ser considerado é que a satisfação dessa necessidade primária, a ação de satisfazê-la e os instrumentos de satisfação adquiridos conduzem ao surgimento de novas necessidades. A produção dessas novas necessidades representa o primeiro ato histórico (Marx; Engels, 2007)

Notamos que ao longo da história, a configuração completa da formação humana do trabalhador foi impactada por várias influências desde o seu início. No contexto do capitalismo, as relações sociais marcadas pela divisão de classes resultaram no fenômeno alienante do trabalho, que impossibilita a formação abrangente, ou seja, o progresso do indivíduo em todas as suas capacidades e extensões. Essa formação total, de maneira mais ampla, evita a alienação tanto em relação ao próprio indivíduo quanto em relação ao trabalho.

3.3 Olhar Gramsciano sobre a Formação Humana Integral

Na perspectiva do pensamento marxista, Gramsci surge com uma contribuição significativa para a compreensão da formação humana integral nas relações sociais capitalistas. Nosella (2004, p.174) traz o pensamento gramsciano sobre a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual que engendra a formação humana integral:

O trabalho intelectual (da mente) versus o trabalho braçal (das mãos). De novo, sua maneira de encaminhar essa contraposição se pauta no princípio da unitariedade: se todos os homens são filósofos, é também verdade que todos os homens são trabalhadores. Ou seja, unitariedade entre as mãos e a mente será construída resgatando de um lado a intelectualidade do operário e de outro o efetivo trabalho físico do intelectual. A unitariedade, porém, não pode ser uma confusa e grotesca mistura. Existem especificidades e métodos próprios; sua base, porém é constituída pelo “esforço muscular nervoso” que transforma a matéria, a natureza, o instinto em cultura e bem estar social para todos os homens. Obviamente, a questão é complexa, mas a solidariedade recíproca entre o operário e o intelectual, sua unitariedade deverão ser construídos a partir da única base que sustenta os dois tipos de trabalho: o intelectual não pode esquecer que o trabalhador pensa, nem que seu próprio ofício é também um trabalho; o operário, por sua vez, não pode esquecer que a função do

intelectual não consiste em genialidades misteriosas, mas no esforço disciplinado, e que ele próprio é um criador e pensador.

Diante disso, Gramsci faz a sua crítica a essa dualidade entre o trabalho manual e intelectual, não sendo a problemática da natureza das atividades e sim as relações sociais dentro do capital. Não tem como separar o trabalho do trabalhador, existe um vínculo entre a teoria e prática, o físico e intelectual e o agir e o pensar. Ele destaca que, se todos os homens são filósofos, é igualmente verdade que todos são trabalhadores. Portanto, a unidade entre as mãos e a mente será alcançada ao reconhecer a intelectualidade do operário de um lado e, do outro, o efetivo trabalho físico do intelectual. Contudo, é enfatizado que essa unidade não deve resultar em uma mistura confusa e grotesca.

Embora existam especificidades e métodos próprios, a base comum é formada pelo "esforço muscular nervoso" que converte matéria, natureza e instinto em cultura e bem-estar social para todos os homens. Reconhecidamente, a questão é complexa, mas a solidariedade recíproca entre o operário e o intelectual, a sua unitariedade, deve ser construída a partir da única base que sustenta ambos os tipos de trabalho: o intelectual não deve esquecer que o trabalhador pensa, assim como seu próprio ofício é também um tipo de trabalho; o operário, por sua vez, não pode esquecer que a função do intelectual não se resume a genialidades misteriosas, mas sim ao esforço disciplinado, sendo ele próprio um criador e pensador (Nosella, 2004).

Nesse contexto, o filósofo da Sardenha, Antônio Gramsci, critica a dualidade entre trabalho manual e intelectual, focalizando não na natureza das atividades, mas nas relações sociais no âmbito do capitalismo. Para Gramsci, é impossível dissociar o trabalho do trabalhador; há uma ligação intrínseca entre teoria e prática, entre esforço físico e intelectual, entre a ação e o pensamento. Ele advoga por uma abordagem integrada na educação, em que a formação profissional e humanística não pode ser separada, defendendo assim uma escola unitária² que capacite a juventude para uma formação completa (Zen; Oliveira, 2018).

É oportuno registrar como esse filósofo italiano, Antônio Gramsci, se interessava

² A escola unitária integra aspectos humanísticos, culturais e formativos, unindo as esferas do trabalho manual e intelectual. Ela adota o trabalho como princípio educativo, buscando superar a dicotomia educacional entre aqueles que concebem (dirigentes) e aqueles que executam (dirigidos). Essa abordagem harmoniza teoria e prática, contribuindo para uma formação humana completa que promove o desenvolvimento pleno do ser humano em todas as suas dimensões.

pelas questões culturais e humanísticas, reforçando a formação de pessoas para se tornarem não apenas trabalhadores, mas dirigentes. Defendendo uma escola desinteressada, nesse debate, surge um significado que implica um horizonte amplo e de longo alcance, ou seja, relacionado a uma cultura desinteressada, escola e formação desinteressadas. Esse significado não se restringe objetivamente apenas a indivíduos ou pequenos grupos, mas abrange a coletividade e, inclusive, a humanidade como um todo (Nosella, 2004).

Como sendo intrínseco ao pensamento de Antônio Gramsci, a referência humanista está presente em suas concepções e se mostra forte durante toda a sua vida. Isso fica evidente no que Nosella (2004, p.50) descreve, no trecho retirado do artigo *Homens ou Máquinas*:

[...]O Proletariado precisa mesmo de uma escola de cultura desinteressada. Naturalmente, o acento maior desse artigo está posto nesta última afirmação que ousa reivindicar, sem timidez ou recuos, para o proletariado, uma escola humanista, culta, viva, aberta, livre como entendiam os melhores espíritos renascentistas: “Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola que dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, assim como a entendiam os antigos e mais próximos homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade. A escola profissional não pode se tornar uma incubadeira de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores apenas de um olhar infalível e de uma mão firme.”

Certamente, essa ideia de escola moderna para os assalariados trabalhadores que vendem sua força de trabalho para os capitalistas que detêm os meios de produção, se baseia na liberdade e iniciativa dessa classe para produzir de forma mais eficiente. Partindo desse pressuposto, a escola desinteressada não significa sem interesse ou inócua, mas tinha em contrapartida interesse em formar dirigentes dentre os filhos da classe trabalhadora. Esse tipo de escola tende a colaborar coletivamente para a formação humana integral dos trabalhadores.

Por esse viés, é preciso considerar que esses indivíduos necessitam se formarem enquanto trabalhadores e para isso a educação profissional e tecnológica-

EPT é de suma importância nesse processo, sendo imprescindível na vida social laboral. O trabalhador precisa de habilidades que o coloque dentro da cadeia produtiva, mas essa formação precisa ser acompanhada de conhecimentos científicos que sirvam de base para compreensão da realidade na qual o trabalhador aprendiz está inserido.

Certamente, os trabalhadores jovens e adultos que estão em sua maioria no mundo do trabalho precisam de formação educativa, no sentido de desenvolverem habilidades e competências para o exercício de suas funções. Nesse aspecto, a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino em sua versão humana integral, a EJA Profissional, proporcionou e proporciona um ensino integrativo e humanístico. Precisamos compreender na história como essa educação direcionada para esse público se originou e se constituiu ao longo dos tempos e quais foram seus desafios e inferências no meio social.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS IMPLICAÇÕES

A EJA constitui-se uma modalidade de ensino da educação básica, que contempla modularmente tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, e tem como objetivo oportunizar a jovens e adultos o acesso ao ensino científico, que por algum motivo não o fizeram na idade apropriada, esse ensino possibilita dar continuidade ou mesmo iniciar os estudos, garantindo a inserção das pessoas que antes estavam fora do ambiente escolar.

A História no Brasil tem mostrado que esse segmento da educação teve ínfimo destaque. E as políticas inerentes a essa modalidade foi alvo de diversos ataques, que contribuíram para a sua decadência escolar. O protagonismo que essa educação podia ter, foi marcada por retrocessos e tímidos avanços, com abrangência de recuos que a categorizavam como sendo uma modalidade a margem da sociedade.

Podemos historicizar essa modalidade de ensino no cenário brasileiro, e como suas inferências têm mostrado ao longo dos anos uma série de fatores responsáveis pelo desinvestimento e descontinuação de políticas públicas para essa modalidade. “A EJA se manifesta no Brasil desde o período de sua colonização com os jesuítas que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) crianças indígenas e índios adultos” (Dominguez; Ramos; Paniz, 2022.p.74). Na década de 20 houve os movimentos contra o analfabetismo advindos da urbanização e foi motivo de preocupação naquele século (Viana; Agostinho,2020).

Continuando com o breve relato histórico, no período dos anos 30 a EJA iniciou a marcar presença e delimitar território de atuação em sua proposta direcionada para os trabalhadores que estavam nas frentes de trabalho, o Brasil sempre copiando os exemplos de fora, mostrando ser um país com uma economia de capitalismo dependente. Nos anos 40 e 50 se destacou a expansão do acesso à educação concentrando nas campanhas de alfabetização em massa, já na década de 60 podemos considerar um marco devido a influência do pensamento de Paulo Freire tratando essa modalidade com uma abordagem diferente, dando centralidade ao aluno como principal sujeito do ensino e aprendizagem, considerando os conhecimentos prévios dos alunos (a) e suas experiências e vivências (Domingues; Ramos; Paniz,2022).

Segundo Borges (2020, p.220) sobre esse período, afirma que:

Nessa década, o pensamento pedagógico de Paulo Freire inspirou os principais programas de alfabetização e de educação popular no país. Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico era “a leitura do mundo” que precedia “a leitura da palavra”. Naquela época, Freire já intervinha nas dificuldades de aprendizagem, utilizando como procedimento as Palavras Geradoras. Estas Palavras são uma lista de palavras obtidas através de pesquisa sobre o universo vocabular dos educandos. São palavras do dia a dia que faziam sentido para aqueles sujeitos. Nesse sentido, Freire trabalhava a alfabetização, o letramento e a cidadania.

Neste respeito, partir de temas e palavras que estejam internalizados e no imaginário dos alunos, esse procedimento torna a aprendizagem mais significativa. Ler o mundo que está a sua volta o coloca como aluno consciente, essa leitura é de extrema importância para que o aprendente se insira no mundo da leitura e escrita. Essa educação popular defendida por Freire, coloca o aluno em destaque onde o aprendizado se inicia do aluno para melhor entendê-lo e poder ajudá-lo, a ser reinserido ou iniciá-lo no mundo letrado. Esse método de ensino possibilita a conexão entre leitura e cidadania.

Tal reflexão é necessária para consolidar o que Silva e Oliveira (2023, p.332), salienta sobre os Temas Geradores e suas implicações no trabalho pedagógico:

Uma forma interessante de se trabalhar na Educação de Jovens e Adultos é por temas geradores, tentando trazer a realidade do aluno para dentro da sala de aula e explorar conteúdos que são do seu cotidiano. Isso prevê a necessidade de um trabalho colaborativo entre os docentes para que haja um trabalho integrado entre as disciplinas e a distribuição das atividades se dê dentro de uma proposta de diversificação dos materiais didáticos distribuídos de acordo com os conhecimentos e competências de cada professor e disciplina. Para um mesmo tema gerador, por exemplo, um professor pode trabalhar com recortes de jornais, outro com letras de canções, filmes, relatos dos próprios alunos, jogos de tabuleiros, etc. Na obra Pedagogia do oprimido, o professor Paulo Freire nos escreve que para a escolha dos temas geradores é preciso ouvir os alunos, visto que esses temas devem ser extraídos do cotidiano dos próprios alunos para que despertem a curiosidade, a busca, o entusiasmo e a tomada de ações conjuntas, pois só assim a ação educativa se fará transformadora e libertadora.

Por esse viés, a ideia de Freire sobre Temas Geradores conecta o ensino a realidade do aluno(a). Mostrando ser uma estratégia metodológica que considera o aluno e seu conhecimento prévio. O ensino se inicia do estudante considerando seu

histórico, suas experiências e seu cotidiano. Esse método de ensino freiriano desperta no aluno seu protagonismo, suas atitudes, suas motivações e emoções. Oportunizando ao aprendente um aprendizado coletivo, colaborativo e integrado. Auxiliando ao educando a tomada de decisões dando ao mesmo autonomia e liberdade. No entanto, a história tem mostrado que essa modalidade de ensino teve idas e vindas, ou seja, avanços e retrocessos que permearam esse segmento educacional.

4.1 Entre Retrocessos e Avanços na EJA

A partir de 1960 tivemos um grande retrocesso na Educação de Jovens e Adultos, os governos da época assumiram os programas de alfabetização os colocando no papel de assistencialista a rigor do regime militar no período, lançando o MOBRAL, que era um movimento e não uma política de alfabetização em massa, atingindo todo o território brasileiro abrangendo toda década de 60 e 70. Como avanço tivemos na década de 1980, especificamente no ano de 1988 a promulgação da constituição cidadã que teve como ação, extinguir o MOBRAL e criar a fundação educar, com o apoio de movimentos sociais e político no sentido de expandir os programas de alfabetização. Em seguida na década de 90 tivemos outro atraso nessa modalidade de ensino, foi descontinuado a fundação educar que servia de aporte financeiro para os agentes que estavam na força tarefa contra o analfabetismo. Houve uma inércia na EJA e fragmentação da pasta remetendo as responsabilidades aos estados e municípios (Viana; Augustinho, 2020).

As reformas estruturantes da educação com viés neoliberalista definidas e colocadas em prática a partir da metade da década de 90, instigou a criação de fóruns de educação de jovens e adultos. Um reivindicante dentro dos espaços de poder público que incentivavam os debates, discussões e diálogos representativos. A educação de jovens e adultos passou por enormes desafios, como descreve Di Pierro (2005, p.1123):

Com base no argumento (bastante controverso) de que a educação básica de jovens e adultos oferece uma relação custo-benefício menos favorável que a educação primária de crianças, prevaleceu na reforma educacional brasileira da década de 1990 a orientação de focalização dos recursos públicos no ensino fundamental de crianças e adolescentes, visto como estratégia de prevenção do analfabetismo. O principal mecanismo utilizado para operacionalizar a focalização é

bastante conhecido – o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF), do qual as matrículas do ensino de jovens e adultos foram expurgadas por imposição de um veto do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Rompeu-se, assim, o princípio da universalidade inerente ao direito humano à educação: embora as leis maiores assegurem a todos o acesso e a progressão na educação básica pública, gratuita e de qualidade, a focalização de recursos para a educação escolar na faixa etária de 7 a 14 anos, suprimiu os meios para que as instâncias administrativas do Estado cumpram adequadamente seu dever na provisão de ensino fundamental aos jovens e adultos.

Diante disso, percebe nesse período um direcionamento para o ensino fundamental com o intento de erradicar o analfabetismo em detrimento da EJA, cujas matrículas foram excluídas, fruto de uma política que não priorizava essa modalidade de ensino. Nesse período, foi retirado o diálogo com a sociedade resultando na extinção da comissão nacional de educação de jovens e adultos (CNEJA) e desvirtualizou o programa alfabetização solidária dando ao mesmo um caráter filantrópico.

A história tem mostrado que essa modalidade de ensino é repleta de variações, oscilações e contradições. Neste respeito, podemos destacar o advento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional) onde houve o ressurgimento com garantias e reafirmações da gratuidade e qualidade, assegurando a permanência e acesso desse público nas escolas públicas.

E para concluirmos nossa trajetória por onde perpassou a EJA podemos destacar a lei nº13.005 de 25/06/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como metas para o período de 2014 até 2024 para a EJA ofertar no mínimo 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, a educação básica de forma integrada a educação profissional. Meta pujante e audaciosa que não foi alcançada no ano de 2024 (Junqueira; Sousa, 2021; Brasil, 2014).

Esse breve histórico de idas e vindas nos mostrou, o quanto essa modalidade sofreu interferências, paralizações, retrocessos que contribuíram para que ela ficasse marginalizada no contexto educacional, percebemos que esse segmento foi e continua sendo um campo de embate. No que diz respeito às políticas públicas e perspectivas desse público tão estigmatizado em nossa sociedade.

4.2 Pensamento Freiriano para a Educação de Jovens e Adultos

As ideias, pensamentos e experiências de Paulo Freire sobre a participação efetiva do estudante dentro do processo de ensino, o aluno e sua emancipação como ser social e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico da realidade, influenciaram a Educação de Jovens e Adultos. Conforme Ferreira (2024, p.18) destaca:

a EJA foi influenciada pelas ideias de Paulo Freire, que defendia uma abordagem que considerasse a realidade social e cultural dos alunos e promovesse a formação de cidadãos críticos e conscientes. O PNEA, sob a coordenação de Paulo Freire, teve um papel crucial nesta mudança de perspectiva, enquanto que as campanhas e movimentos para a alfabetização de adultos intensificaram essa mudança, aumentando a importância da EJA na promoção da inclusão social e do desenvolvimento de habilidades entre diferentes setores da população.

Esse educador pujante e além do seu tempo trouxe grandes avanços para a educação de adultos, sua abordagem tinha em alto estima a consideração para com o estudante instigando uma formação crítica e consciente. Tendo destaque e sobre sua responsabilidade o PNEA (Programa Nacional de Erradicação do Analfabetismo) como metas audaciosas de combate ao analfabetismo e inserção da população na sociedade através da educação popular, que valoriza a autonomia e a consciência crítica das classes populares.

Ainda sobre o pensamento de Paulo Freire, Silva (2024) enfatiza que:

Como o pensamento educacional e proposta de Paulo Freire para a alfabetização de adultos assumiram grande destaque, ele foi designado, em 1963, responsável pela criação de um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), aprovado pelo Decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964 (Brasil, 1964). Sua meta foi alfabetizar dois milhões de pessoas. Vale frisar, inclusive, segundo (Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) que, mesmo com o exílio de Paulo Freire devido ao estabelecimento da Ditadura Militar no país entre 31 de março e 9 de abril daquele mesmo ano, o “paradigma freiriano” e os princípios estabelecidos por ele para a Educação Popular - embasados na reflexão, diálogo e no entendimento do contexto pessoal e social - permaneceram vivos em iniciativas de igrejas cristãs e movimentos sociais.

O pensamento freiriano direcionado a educação de jovens e adultos o protagonizou como precursor de uma política educacional voltada para as camadas

mais pobres da sociedade, esse modelo de educação possibilitou a conscientização³ popular direcionada para emancipação política e cultural. Concepção essa que perdura até hoje nos nossos dias, principalmente nos movimentos sociais e nos templos religiosos cristãos.

A metodologia Freiriana empregada na EJA, deve levar em consideração as especificidades e necessidades dos educandos. Tornando o ensino e aprendizagem formidável e interessante. Neste aspecto, é importante considerar as ideias de Freire em conformidade com o que Silva e Oliveira (2023) descreve:

Freire defendia a contextualização do ensino, tornando-o significativo e relevante para a vida dos estudantes. Ele valorizava o diálogo como uma ferramenta essencial, permitindo que os estudantes compartilhem suas experiências e construam conhecimento coletivamente. Essas abordagens buscam empoderar os indivíduos, promovendo sua autonomia. Na EJA, muitos estudantes enfrentam situações de exclusão e marginalização, e a abordagem de Freire incentiva-os a superar essas condições, reconhecendo sua voz e agência na sociedade. Isso é particularmente relevante em uma modalidade em que os estudantes buscam superar barreiras educacionais e desenvolver habilidades que lhes permitam participar plenamente da vida social, política e cultural.

Diante disso, podemos atribuir que os ensinamentos de Freire traziam e trazem um grande significado para Educação de Jovens e Adultos, sempre pautada na comunicação em saber ouvir o aprendente, para que o mesmo exteriorize seus conhecimentos e compartilhem aprendizados. Possibilitando ao aluno(a) desse segmento educacional o desenvolvimento de competências e habilidades que potencializem sua autonomia, ressignificação e resiliência.

Quanto a Filosofia do pensamento político de Freire sobre os oprimidos, nos quais se incluem o público de jovens e adultos que são sujeitos inferiorizados, desprestigiados e subrepresentados. Podemos destacar que a desumanização dentro de nossa sociedade é um fato relevante e constitui um grande problema nos dias atuais. Conforme Dalaqua (2020, p. 82) destaca:

Um mundo opressivo é um mundo onde as pessoas têm sua humanidade roubada por meio da perda da liberdade. É nesse sentido que devemos ler a afirmação de que a luta contra a opressão provoca “o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se” (Ibid., p. 60). Os homens e mulheres que lutam e superam a opressão tornam-se pessoas novas

³ A conscientização ocorre quando pessoas de grupos menos favorecidos percebem que fazem parte de uma mesma classe e entendem como certas situações e relações as oprimem e as exploram, impedindo que avancem e se desenvolvam plenamente.

Essa afirmação é plausível, haja visto que temos um mundo opressor e que tira a liberdade educativa das classes menos favorecidas e com pouca ou nenhuma representatividade. Os jovens e adultos que compõe a modalidade da EJA quando se negam aos mesmos os direitos que lhes são devidos, são oprimidos em sua essência devido não terem a liberdade de aprender. Lutar para que isso não aconteça é uma condição que se torna indispensável na formação de todo o ser humano.

Nesse âmbito, a liberdade – é entendida na perspectiva positiva proposta por Freire, como uma prática coletiva que possibilita o desenvolvimento das potencialidades individuais – constitui uma característica essencial do ser humano. Dessa forma, podemos ampliar a definição de “opressão”, compreendendo-a como qualquer ação que desumaniza as pessoas ao privá-las de sua liberdade. Em outras palavras, a verdadeira liberdade só pode existir onde não há opressão (Dalaqua,2020).

Esse princípio de liberdade para Paulo Freire era caracterizador da democracia, que na visão dele não era apenas uma forma de governo onde todos os cidadãos pudessem escolher livremente seus representantes através da política. Mas uma maneira da sociedade em que todos e todas sem exceção sejam efetivamente livres, no que tange ao desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades (Dalaqua, 2022). “Nunca é demais lembrar que, para Freire e Boal, a consolidação da democracia é impossível em um contexto marcado pela desigualdade material. Lutar pelo aprofundamento da democracia exige lutar contra o capitalismo” (Dalaqua,2022, p.54).

Nesse aspecto, essa luta é profícua mesmo sendo desigual. Os alunos(as) da EJA precisam ocupar os espaços de contradição para fazer valer a sua voz e vez, se organizarem e se unirem como classe para tentar furar a bolha do modo de produção vigente e paralelamente mostrar ao mundo as suas mazelas e contradições, que lhes são impostas pelo grande capital. Não permitir que esse sistema os aliene e vos tire a vontade de lutar por uma educação mais inclusiva, considerativa e representativa das minorias.

A história tem mostrado que a educação de jovens e adultos carece de atenção social, respeito e reconhecimento como direito em relação a todos os outros cidadãos e agentes sociais. A busca desse público por reafirmação de direitos nos remete a Declaração Universal dos Direitos Humanos que desde 1948 relacionou a educação

de direito social a direito humano. A afirmação dos direitos do homem equivale aos direitos históricos, que no seu nascedouro vem acompanhados de lutas históricas antigas e contra hegemônicas iniciadas de maneira gradativa (ONU,1948).

Essa constatação é crucial, visto que, as conquistas no campo educativo são frutos de muitas lutas e resistências. Conforme descrito por Ramos (2014, p.168-169) sobre a integração da educação básica com a educação profissional EJA-EPT:

A integração da educação básica com a educação profissional na modalidade EJA é uma conquista advinda de lutas pelo direito a educação e de resistências à lógica fragmentaria, focalizada, compensatória e reducionista das ações de formação implementadas anteriormente. Ela avança significativamente por se constituir como política de inclusão educacional, visando à elevação de escolaridade da população e uma formação de qualidade, mediada pelo trabalho, a ser assumida pelos sistemas e pelas instituições de ensino. Nesse sentido, o Proeja hoje apresenta finalidades, fundamentos e diretrizes que expressam o sentido que deveria ser dado à política pública nacional de formação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros. Ela se constitui, essencialmente em uma política educacional, que visa assegurar direitos, mas, também considerar os desafios e as contradições da dinâmica produtiva, como requisitos necessários a uma política educacional que vise a formação de sujeitos capazes de produzirem sua existência por meio de seu trabalho.

Nesse contexto, os embates relativos a uma educação que resista a fragmentação e compensação advindas do modo de produção vigente, é de suma importância para a consolidação de uma educação inclusiva, qualitativa e valorativa. Temos uma política educacional voltada para o público de jovens e adultos é uma conquista primorosa, mesmo considerando as grandes contradições e desafios que são inerentes ao capitalismo. Esse modo mercantilista em que vivemos nos deixa alienados e refém de um sistema excludente, reducionista e fragmentado. “Se hoje temos o PROEJA de forma estruturada como uma política educacional... é reflexo da instrumentalização de políticas públicas direcionadas para o segmento... construindo junto com os sujeitos sua própria existência” (Ferreira; Rocha, 2024, p.169).

A escolarização de jovens e adultos é um direito garantido na constituição de 1988 e na LDB de 1996 quanto a educação básica para todos e todas. No entanto, a humanização ao longo da vida toda, configura uma necessidade dessa modalidade e está além da escolarização, nos quais como indivíduos se produzem e se humanizam. A sociedade tem uma dívida social com esses cidadãos, não de recuperação do tempo perdido, nem de alfabetização e muito menos de compensação. Mas de políticas

públicas de estado no sentido de desenvolver aprendentes de forma humana, solidária e social. Uma educação permanente, contemporânea, significativa para a vida toda. Onde o processo de ensino e aprendizagem aconteça a partir deles e para eles, levando em consideração suas experiências, seus conhecimentos e suas histórias de vidas (Brasil,1988;1996).

4.3 Ensino e Política Popular Freiriana para EJA

Educar para a sociedade tem sido durante décadas uma experiência de superação a cada dia dentro do sistema vigente, vemos como os homens se adaptam as novas circunstâncias em uma sociedade moderna, nos traz grandes aprendizados. O cenário onde está inserido a EJA carece de estudos sistemáticos, e para termos uma melhor compreensão desse segmento, precisamos perscrutar as políticas públicas direcionadas para esse setor da educação.

O estado tem o dever de educar esse adulto que na sua maioria trabalha e colabora para a engrenagem da sociedade onde vive. Muitas das vezes essa mesma sociedade o estigmatiza e conceitua a educação de jovens e adultos como sendo uma modalidade de ensino composta por indivíduos sem interesses, atrasados, iletrados. Não tendo conhecimento do real motivo, os rotulam dessa forma.

Podemos afirmar que isso é um crasso erro da sociedade, que não tem conhecimento dos reais motivos que levaram esses jovens e adultos a não concluírem seus estudos na idade apropriada. Muitos dos motivos ou situações que fizeram com que esses jovens e adultos ficassem fora do ambiente escolar, estavam fora de seu controle. Esses adultos e jovens precisam ser elogiados, valorizados por terem tido coragem de procurar ou mesmo voltar aos bancos escolares, depois de constituírem suas famílias sendo as mesmas sustentadas por esses adultos trabalhadores e aprendentes.

Esse estigma que carrega o adulto tanto na sociedade quanto na educação deve ser desmistificado por todos os que fazem a educação, especialmente os educadores. Esse ser pensante é capaz, cheio de experiências e vivências que devem ser levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem. Essas trocas de experiências são de suma importância para deixar o aluno à vontade, mais

motivado a aprender e se sentindo parte de todo o processo educativo. Uma relação humanizada, humanizadora e de acolhimento. Prezando a capacidade do indivíduo tanto de aprender como de ensinar, valorizando cada momento educativo. A educação é esse processo em que se ensina e aprende ao mesmo tempo, é nessa via de mão dupla que o educador precisa conduzir todo o percurso educativo, propiciando uma atmosfera favorável ao ensino e aprendizagem, mantendo uma relação dialética entre professor e aluno (Trentin Silveira, 2018). Certamente, no processo educativo uma das ações que podem contribuir para melhorar a aprendizagem é o ensino, em uma relação recíproca, onde quem ensina aprende. Esse movimento recursivo, contribui para um ambiente escolar de confiança, respeito e tolerância.

A realidade social onde o adulto trabalhador está inserido possibilita um indivíduo rico de valores e pleno que constrói a sua própria história e a ressignifica. E é no trabalho que o homem é construído e comprova sua própria existência. A sociedade exerce pressão no adulto para que se torne protagonista e desenvolva suas funções sociais. Certamente, essa modalidade de ensino historicamente tem tido pouco protagonismo, e as políticas públicas direcionadas para esse público não tem sido suficiente para enfrentar os desafios imensos da EJA.

As primeiras políticas públicas brasileiras relacionadas a educação de adultos que foram colocadas em prática, remontam a década de 40 do século vinte. Foi em 1960 que movimentos populares da educação unidos com organizações sociais, igreja e governos tiveram o movimento de alfabetização de adultos no sentido de transformar a sociedade. Já na década de 1970 tivemos o Movimento Brasileiro de Alfabetização, sob a direção do regime militar que foi contrário a diretriz da década anterior. O Partido Comunista brasileiro foi também muito importante para difundir a alfabetização, eles tinham missões no início do século XX para alfabetizar. Não era só no Brasil, o Partido Comunista no geral tinha se engajado no processo de alfabetização mundo afora (ITPS,2025; Brasil 1970).

Em seguida houve a institucionalização das redes de ensino, a lei 5.692 de 1971 regulamentou o ensino supletivo com caráter compensatório. Esse supletivo criado não se juntou as reivindicações de movimentos de educação da década disseminadas pelo mundo todo na obra de Paulo freire, mas recepcionou a educação a distância e sua instrumentalização tecnicista e individualista dentro da educação. Após 30 anos foi promulgada a lei 9.394 de 1996 conhecida como LDB (lei de

diretrizes e bases da educação nacional) que trouxe resquícios do ensino compensatório e que perdura até hoje (Di Pierro, 2005; Brasil,1996).

No Brasil, tivemos vários pactos, conferências, programas no sentido de erradicar o analfabetismo, isso se mostrou insuficiente para extinguir de vez esse problema social que assola a educação. Precisamos ações efetivas da sociedade, dos movimentos sociais, dos professores, dos alunos, enfim, toda a comunidade educativa que se dê as mãos e abrace essa causa que é de todos nós. O adulto que teve negado esse direito fundamental descrito em nossa constituição CF/88 precisa ter uma maior atenção. Ter acesso a leitura e a escrita, é não só saber ler e escrever, mais se livrar de outra vertente do analfabetismo, o analfabetismo funcional, cuja ausência da leitura de mundo é caracterizado por não saber interpretar o mundo a sua volta. Essa situação, impossibilita sua inserção na sociedade para contribuir por uma nação que persiga o alvo do desenvolvimento econômico e social. Para tanto precisamos de uma nova política não só de governo, mas de estado que tenha metas exequíveis de alcançar, no intento de prever, mitigar ou mesmo conter esse revés social (Brasil,1988).

Nesse âmbito, uma nova estratégia de lidar com a EJA precisa ser construída, para que esse indivíduo se torne parte integrante da educação. A maneira como esse público é ensinado também faz toda a diferença. São pessoas que já possuem suas experiências de vidas, suas consciências já formadas dentro de um contexto intrínseco e peculiar a cada uma delas.

Tal reflexão é importante, conforme um dos teóricos clássicos da Educação de Jovens e Adultos, o professor e filósofo Álvaro Vieira Pinto. Ele foi contemporâneo e influenciou muito Paulo Freire, visto que, quando o mesmo estava escrevendo a *Pedagogia do Oprimido* frequentou os seminários de educação de jovens e adultos promovidos por esse grande intelectual.

Álvaro Vieira Pinto em sua obra *Sete Lições sobre Educação de Adultos* destaca as principais características do método de ensino, que seriam: capacidade de despertar no adulto a importância de buscar conhecimento e se alfabetizar-se. Promoção de uma consciência crítica da realidade integral do aprendente como ser humano. Esse modo de ensino deve levar o educando a ter uma compreensão do mundo a sua volta, sua historicidade e lugar onde vive, reconhecendo o seu papel na sociedade por meio do trabalho, um ser cheio de direitos e responsabilidades. A

instrução deve partir da realidade do estudante, suas relações em sociedade, seus valores, crenças, cultura, modo de vida dentre outros aspectos. A iniciação da leitura deve ser através das palavras de seu cotidiano, vivência e contexto (Pinto,1993).

Esse grande estudioso da EJA ressalta ainda que, o método não deve ser imposto e sim construído conjuntamente entre educando e educador. O professor não deve ser arbitrário na escolha das palavras para a aprendizagem, e sim democrático e conciliador em identificar vocábulos que façam parte do convívio e experiência dos aprendentes. Esse princípio é norteador a todas as fases de formação do aluno(a). Os conteúdos ministrados pelos educadores precisam ser propostos e não impostos. Devem se adequados ao processo de desenvolvimento da consciência crítica do educando, possibilitando a aquisição de conhecimentos relevantes para compreender a realidade que está a sua volta, no sentido de transformar a realidade e contribuir para uma melhoria significativa das condições de vida. Um ensino sobre esses fundamentos tem como contributo uma educação democrática, inclusiva e considerativa (Pinto,1993)

Nesse respeito, instruir a partir da realidade do aluno é uma premissa que todo educador que ensina jovens e adultos precisa ter, essa habilidade precisa preceder o ensino. As palavras motivadores e geradoras que fazem parte do cotidiano do adulto que trabalha, quando trazidas para a aprendizagem faz toda a diferença. O trabalhador adulto ou jovem, aprende mais e melhor quando os educadores contextualizam o ensino e falam uma linguagem que está no imaginário dele. Ele alicerça sua história e dá significado a ela, desenvolvendo suas atribuições na sociedade.

É nesse contexto que, Vieira Pinto afirma ainda que o educando é um sujeito cultural, ou seja, um ser culto, mas não no sentido idealista. Ele destaca que o conhecimento adquirido ao longo de sua vida por meio da prática e experiência, é de grande valia e legitimidade (Lima,2015). “Como intelectual de pensamento crítico, de matriz histórico dialética, compreende o papel do “saber letrado” como um privilégio de alguns grupos sociais em sociedades industrializadas” (Lima,2015, pg.152). Por isso, o método de ensino para esse público deve ser diferenciado, ajudando os mesmos a ver o mundo a sua volta, despertando seu senso crítico e tornando as palavras que fazem parte da sua cultura e cotidiano objeto de estudo, considerando suas experiências e práticas para uma aprendizagem mais significativa. O aluno nesse formato de ensino e aprendizagem desenvolve a consciência crítica, autônoma e

reflexiva. Possibilitando ao aprendente o acesso não só ao saber letrado mais ao saber de mundo.

Para que isso aconteça, é imprescindível uma nova política pública consistente e promissora. Um modelo que contemple e abranja toda essa modalidade educativa, que seja baseada e construída em princípios democráticos. Conforme afirma Gadotti (2014, p.7,19):

[...] uma nova política de EJA precisa assentar-se nos princípios da Educação popular. E eles são, entre outros: a gestão democrática, a organização popular, a participação cidadã, a conscientização, o diálogo, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da Educação. [...] Paulo Freire deu importantes contribuições ao processo de produção de conhecimento, as quais deveriam ser levadas em conta numa nova política de Educação de Jovens e Adultos. Sem ter a pretensão de esgotar o tema, gostaria de apontar, entre tantas contribuições, os seguintes princípios: teorizar a prática para transformá-la; reconhecer a legitimidade do saber popular e da pesquisa participante; harmonizar e interconectar o formal e o não formal; combinar trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, conscientização, diálogo e transformação.

Desse modo, uma política dessa natureza que seja permanente, consistente e sistêmica, contribui para o resgate histórico desse público tão estigmatizado e negado durante muito tempo em nossa sociedade. Essa nova política permitiu uma valorização da EJA em seus mais variados aspectos educativos. Possibilita ainda a garantia do protagonismo ao aluno(a) dessa modalidade, sendo uma política baseada na educação popular de Paulo Freire que dá valor ao aprendente e é gerida nas bases de participação, de democracia e do diálogo. Objetivando um ensino emancipador, autônomo, consciente, crítico e reflexivo.

É urgente e imperativo construir uma política nacional pela educação de jovens e adultos, uma política que ajude a esse público a recuperar os direitos que foram a eles negados durante décadas. A mudança se faz necessário, conforme escreveu Gadotti (2014, p.14):

Precisamos, sim, de Educação de Jovens e Adultos de qualidade. Por isso precisamos urgentemente de uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos (EJA); uma política de Estado, e não apenas programas transitórios e conjunturais de governo. É inconcebível querer alcançar o desenvolvimento educacional dos países da OCDE sem enfrentar o desafio do analfabetismo brasileiro. Naqueles países, o analfabetismo adulto é residual (em torno de 1%). Aqui o analfabetismo é estrutural (em torno de 10%). No Brasil, neste

momento, o que precisamos é de uma política afirmativa em defesa da EJA – como foi feito com a política de cotas nas universidades – envolvendo a sociedade num grande pacto pela alfabetização de adultos. Ela deve se constituir numa “ação afirmativa”.

Certamente, esse pacto deveria ser eterno e perene para que possamos continuar nessa luta que é de todos e de todas, não apenas dos envolvidos na educação, mais dos meios de comunicação, das empresas públicas e privadas, em fim de toda a sociedade e de modo universal. Todos esses agentes precisam aderir a essa ação educativa, para que possamos atingir uma sociedade com justiça social.

O desenvolvimento colaborativo de uma política nacional voltada para a Educação Popular de Jovens e Adultos tem o potencial de revitalizar e impulsionar esse segmento da sociedade tão estigmatizado. E lutar para que isso aconteça é um dever educativo. Conforme destaca Gadotti (2014, p.33):

Como estratégia de luta, devemos continuar a formação de núcleos, centros de Educação popular, e formar educadores populares. As novas gerações têm grande potencial de comunicação; a juventude é generosa, mas precisamos de novas linguagens, precisamos valorizar, respeitar e conviver com novas formas de mobilização dos jovens. Não se trata de abandonar as antigas (e sempre atuais) bandeiras, mas de torná-las mais visíveis, mais atrativas, conectadas aos desafios atuais. Nosso discurso, nossa causa, não pode afastar os jovens. Nossas antigas e ainda atuais bandeiras precisam ser valorizadas, retomadas historicamente, atualizadas numa sociedade de redes e de movimentos, impregnada pelas Tecnologias da Informação. Enfim, não podemos perder nosso discurso. A tentação é abandoná-lo por falta de ouvintes dentro e fora do governo. O rumo já foi dado por Paulo Freire no passado: “estar dentro e fora do Estado”. Não dá para ficar só “fora”, na crítica externa – política ou acadêmica –, embora essa crítica seja também muito importante. A crítica de fora exerce um papel importante para mudar o dentro... sem a luta de fora, muitas lutas de dentro não seriam viáveis. Mas a luta no interior do Estado é imprescindível.

Diante disso, é imperativo que toda comunidade educativa se engaje nessa luta que é constante e gradativa. Devemos encarar novas formas de mobilização sem descontinuar as antigas(atualizadas), trazer os jovens para o debate e tornar o estado um parceiro indutor de desenvolvimento e transformação social, só assim a causa e legado de Paulo Freire será completado por nós todos e todas.

4.4 Desafios Intrínsecos a EJA e EJA Profissional e sua Ressignificação no Campo Educativo

Os desafios que se apresentam a EJA precisam ser analisados e mensurados dentro do contexto educativo, esse público está a todo instante procurando sua identidade e efetividade, no sentido de tornar mais expressivo suas peculiaridades e protagonismo. Neste respeito, Borges (2020, p.228), destaca que:

Compreende-se que a EJA, é uma modalidade da educação, que vem buscando construir uma identidade própria, procurando preservar seus aspectos históricos e buscando inovações que a distinguem da educação básica em geral. Mas, há alguns desafios para efetivação dos ideais da EJA, sendo que o principal desafio para efetivação dos ideais da EJA diz respeito à rigidez e homogeneidade da oferta escolar predominante nos diferentes níveis educativos. A escola encontra na EJA dificuldade de manutenção de uma proposta pedagógica condizente com o público. Dentre os motivos destacam-se a falta de corpo docente especializado, currículo inexpressivo, números elevados de evasão, desistência e a heterogeneidade de seu público.

Diante disso, podemos identificar que a EJA tem suas dificuldades e especificidades, mais que está a todo momento se ressignificando e procurando seu espaço no campo educativo. Sendo assim, precisa de ajuda de diversos atores, de políticas públicas que as valorizem e as coloquem em evidência, para que possamos em um dado momento mostrar para a sociedade todo o seu potencial.

Nesse sentido, convém ressaltar que essa modalidade de ensino tem inúmeros desafios, mais que a todo instante tem procurado se reinventar no contexto educacional. Essas adversidades vivenciadas pelos discentes no espaço escolar, têm potencial de influenciar a vida do estudante impossibilitando sua permanência e êxito.

Quanto a EJA Profissional, no ano de 2005 e 2006 tivemos avanços significativos com o decreto nº 5.478 e 5.840 respectivamente, um tratava da institucionalização do programa de integração da educação profissional ao ensino médio na respectiva modalidade e o outro avançou ainda mais, abarcando não só o ensino médio mais toda a educação básica, estendo a oferta não só na rede federal, mas a estados e municípios. No entanto, em seguida foi revogado o decreto nº 5.478/2005 pelo decreto nº 5.840/2006. Nascia então o PROEJA como uma política pública de grande relevância para a EJA (Alves; Silva; Santos, 2021; Brasil, 2005; 2006).

Para que se entenda melhor o surgimento do PROEJA como um avanço, é oportuno relatar o que Silva (2012, p.12) destacou:

O Governo Federal instituiu o PROEJA através do Decreto de Nº 5.478/2005 de 24 de junho de 2005. Logo, a partir de ampla discussão com os diversos segmentos envolvidos, constatou-se a necessidade de mudanças em suas diretrizes e, em 13 de julho de 2006, é promulgado o Decreto de Nº 5.840, que revoga o anterior e passa a denominar o PROEJA. Uma mudança significativa introduzida por esse novo Decreto foi a ampliação da possibilidade de implantação de cursos PROEJA em instituições do sistema de ensino das diferentes esferas, ou seja, estaduais, municipais, em entidades nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Outra mudança importante foi a ampliação de sua abrangência, possibilitando também a articulação dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores com ensino fundamental na modalidade EJA. A legislação brasileira que trata do assunto estabelece como princípios a inclusão da população nos sistemas educacionais, a educação como direito e para toda a vida, a universalização do ensino médio, o trabalho como princípio educativo fundamentado na compreensão da condição humana de ação transformadora no mundo, a pesquisa como fundamento da formação do sujeito e a garantia de que os jovens e adultos trabalhadores constroem suas identidades no respeito à diversidade num conjunto de relações sociais (Brasil, 2005; 2006).

Desse modo, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos tem como grande objetivo a formação integral do aluno(a). Possibilitando a leitura de mundo e desenvolvimento de todas as dimensões do indivíduo quer físicas, culturais, sociais etc. Combatendo o modelo de formar um aprendente apenas para força de trabalho e atender a exigências do mercado capitalista. Formando o estudante com princípios cidadãos, educativos, inclusivos e de direitos.

Diante disso, os princípios que os norteiam se mostram visionários e proeminentes para a EJA Profissional como política pública de estado, conforme destaca Ferreira e Rocha (2024, p.169):

Temos o PROEJA de forma estruturada como uma política educacional e não só inclusiva, é reflexo da instrumentalização de políticas públicas direcionadas para o segmento. Sendo ressignificado continuamente através do trabalho, construindo junto com os sujeitos sua própria existência. Essa política educacional tida como, O Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), é um instrumento capaz de atender as demandas dos trabalhadores, no que tange a uma política nacional formativa da

classe trabalhadora. Considerando os desafios e contradições que são iminentes ao modo produção vigente.

Nesse sentido, o PROEJA tem se protagonizado como uma modalidade de ensino pautada na inclusão, ressignificação e consideração para com o seu público que são em sua maioria trabalhadores jovens e adultos. Colaborando de forma articulada e integrada para a afirmação dos sujeitos a partir de sua própria existência. A classe trabalhadora tem a sua disposição um programa nacional de formação que se mostra com capacidade de atender as suas reivindicações.

Por outro lado, é preciso considerar que se torna um grande desafio a criação de programas e projetos de ações para auxiliar esse público-alvo, cujo objetivo da maioria deles é aligeirar o ensino. Esses programas e projetos mostram ainda, uma grande desarticulação e ausência de coordenação entre os entes federados. Outra dificuldade encontrada é o desinvestimento em políticas públicas para esse segmento educacional, bem como falta de uma política constante de formação inicial e continuada. A escassez de material específico para se trabalhar com Jovens e Adultos é uma constante na educação desse importante parcela da população (Haddad,2009; Abreu,2013).

Segundo Pacheco (2020) para a EJA Profissional nos Institutos Federais um dos desafios mais impactantes seria a possibilidade de certificar os conhecimentos não-formais que são adquiridos ao longo da vida. Além disso, um outro aspecto desafiador institucional seria a atuação de forma coordenada e integrada em toda rede federal de ensino com fortalecimento do trabalho coletivo. Podemos mencionar ainda, formação contínua e específica de técnicos e docentes, bem como a garantia do acesso democrático junto com o zelo e permanência dos alunos(a).

Para melhor compreensão, convém relatar que a educação não-formal citada por Pacheco (2020) acontece fora dos ambientes sistematizados de ensino, esses aprendizados ao longo da vida são conhecimentos adquiridos através de vivências, interações e experiências que estão relacionadas a regras de comportamento e valores, mais do que a assuntos organizados sistematicamente. Esses aspectos são de suma importância para a formação integral do indivíduo e o seu desenvolvimento em uma sociedade cada vez mais rigorosa e difícil (Souza; Rocha; Santos,2024).

Nesse sentido, compete ressaltar que o indivíduo no contexto da educação não formal, tem o potencial de aprender em diversos cenários extraescolares. Dentre eles

podemos destacar: bairros, comunidades, bibliotecas, cinemas, teatros e em todos os espaços públicos e privados. A interação e o convívio com a ampla gama de ambientes, possibilita saberes que estão além da escola. Contribuindo para que o aprendente em formação se desenvolva criticamente, politicamente, socialmente e se sinta um ser imbuído de direitos, reconhecedor de seus deveres para que conviva eticamente em uma sociedade, que considera as diversas formas de conhecimentos e aprendizagens (Arruda *et al*;2021).

Diante disso, a educação não formal se constitui uma forma de aprendizagem promotora de cidadãos críticos e reflexivos. Conforme Souza, Rocha e Santos (2024, p.738) escreve:

A educação não formal se destaca ao promover uma educação para a cidadania. Ela vai além de transmitir informações, ela promove um ambiente mais acessível e adaptável às especificidades de cada aluno. Por meio da educação não formal, a aprendizagem se dá de forma colaborativa e participativa, o que contribui para que o sujeito desenvolva habilidades sociais e respeito à diversidade. É por meio da contextualização e conexão do sujeito com a realidade que seu papel ativo é fortalecido. Isso colabora para construção do conhecimento e formação de sua identidade social.

Realmente, se constitui um grande desafio mensurar e certificar os conhecimentos e aprendizagens que os aprendentes trazem consigo através da educação não formal. Pois ela faz parte da formação do aluno ao longo de toda a sua existência. Essa educação é pautada na colaboração, participação, manifestação e construção de saberes em contato com o meio social. Tendo como resultado o desenvolvimento de aptidões e competências sociais.

Ainda nesse contexto, levando em consideração os desafios que são intrínsecos ao PROEJA nos Institutos Federais, Ferreira e Rocha (2024, p.171) relata que:

...podemos notabilizar uma sobrecarga aos docentes, devido a oferta de vários níveis de ensino em uma só instituição. O trabalho docente vai ficando precarizado, devido ao excesso de atividades... envolvendo o professor em um engajamento total. Essas condições que são impostas ao profissional na condução de seu ofício, o deixam exausto e afeta sua produtividade. O docente teria que exercer múltiplas funções, contribuindo fortemente para precarização do seu trabalho.

Diante do exposto, se constitui um grande desafio inerente as instituições de educação, ciência e Tecnologia, a grande quantidade de atividades que devem ser desenvolvidas nos mais variados níveis de ensino, contribuindo para que o professor se sobrecarregue tornando o trabalho docente muito precário.

Reconhecer as dificuldades que são intrínsecas a essa modalidade de ensino, nos ajuda a tornar mais fácil a construção de instrumentos que possam fazer o enfrentamento, as provocações pertinentes a EJA profissional. Desse modo, é imperativo que possamos perceber a importância dessas ações dentro das instituições de ensino, como sendo um alvo a ser alcançado e conseqüentemente mantido para uma melhoria significativa da educação.

5 PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL NA EJA-EPT UM ALVO A SER ATINGIDO

A concepção de permanência e êxito em relação aos cursos da EPT é destacado por Pontes e Assis (2023, p. 55):

...compreendemos permanência como o caminho percorrido pelo estudante, desde o seu ingresso no curso até a sua conclusão ou a sua evasão, considerando o período em que a matrícula do estudante permanece ativa na instituição...Salientamos que o resultado satisfatório da permanência é o êxito, acontecendo a conclusão do curso pelo estudante.

Certamente, a conclusão de um curso pode ser vista como um motivo de superação frente as desigualdades socioeconômicas enfrentadas pela maioria dos adultos e jovens em nosso país. No contexto educativo, o ato de permanência é sinônimo de resistência, força e apoio com o intento final de conseguir o resultado tão almejado (Oliveira,2021). O êxito ou sucesso de se concluir o que se havia antes começado é fruto da persistência, insistência e não desistência. Permanecer apesar das dificuldades e desafios traz grande satisfação, proporcionando crescimento para aqueles que chegam ao término do curso.

Para melhor compreensão, convém relatar que na sociedade brasileira especificamente dentro do contexto educativo encontramos grandes e profundas desigualdades sociais estruturadas historicamente. Ficando evidente a ínfima oportunização de acesso, permanência e êxito para os estudantes (França; Escott; Machado, 2022).

Diante disso, as desigualdades educacionais contemporâneas têm sua gênese na desigualdade social estrutural e histórica de nosso país. Os autores França, Escott e Machado (2022, p.11-12) ainda afirmam que:

... a escola assume discursivamente o papel de veículo de mobilidade social e que, na prática, está na posição eficiente de conservação social ao transparecer legítimas as desigualdades sociais, naturalizadas pela narrativa hegemônica da cultura dominante. Agrega-se a isso o fato de atribuição aos estudantes do aspecto meritocrático individual do sucesso ou insucesso escolar que, em síntese, denota a reprodução social enquanto instrumento a serviço da manutenção da ordem já determinada nas relações de dominação e nos privilégios dirigidos a uma parcela dos estudantes das camadas altas da sociedade.

... com as precariedades das classes menos favorecidas, relacionadas principalmente no que se refere à posse de bens culturais e econômicos exigidos pelos processos escolares, percebemos que a

problemática se encontra não somente na limitação das possibilidades de acesso à escolarização, mas está também se manifesta na forma como os agentes lidam com essa forma de exclusão a partir da sua posição social. Os estudantes das classes dominadas não apenas são social e institucionalmente desfavorecidos nas suas trajetórias, como também todas as manifestações dessa condição nas suas vidas os fazem acreditar que essa situação é naturalmente destinada.

Nessa perspectiva, em nossa sociedade presenciamos e vivenciamos a luta de classes, onde de um lado estão os que detêm o poder hegemônico legitimando as desigualdades sociais e reproduzindo o status quo da classe dominante. E do outro os menos abastados que devido sua condição socioeconômica ficam prejudicados no processo escolar. Os que estão sob dominação tem uma situação desfavorável se refletindo em sua trajetória de vida.

5.1 Legislações Garantidoras do Acesso e Permanência a Educação Escolar

O Instituto Federal do Piauí no sentido de combater a evasão e implantar políticas e ações que visem reduzir a fuga dos educandos, desenvolveu um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. Conhecido também como Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito. Conforme Resolução nº 88, de 23 de agosto de 2016:

O foco do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito é, portanto, concentrar os esforços institucionais nas ações que garantam a permanência e o êxito dos alunos, buscando, desta maneira, minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono do ambiente escolar. O foco no sucesso do aluno, na verdade, deveria ser sempre a finalidade primordial de uma instituição de ensino (Brasil, 2016, p.5)

Nessa perspectiva, é fator preponderante para os estabelecimentos de ensino ter como alvo o êxito e sucesso escolar. Concentrar forças conjuntamente com todos os envolvidos no ambiente educativo, para que estas instituições sejam garantidoras da permanência que tenha como resultado o êxito estudantil.

E para que isso se torne realidade, é de extrema relevância considerar o que essa resolução nos traz como objetivos para o alcance da permanência na escola. Podemos destacar dentre eles os seguintes: Alçar índices direcionados para o êxito e

permanência por intermédio de um programa efetivo de ações sistêmicas; fazer o devido monitoramento das ações pertinentes aos campi de maneira sistemática; Dar apoio irrestrito a ações que visem a prevenção corretiva nos campi incentivando a cultura de combate aos problemas que causam evasão e baixo desempenho; Disponibilizar formação inicial e continuada aos servidores com o objetivo dos mesmos dar subsídios de implementação do Plano Estratégico Institucional; Possibilitar o estímulo de pertencimento ao IFPI, consolidando a identidade da instituição; Integrar de forma articulada a família dos aprendentes e o IFPI e Implantar de forma efetiva, integrada e sistêmica uma cultura de enfrentamento de evasão dentre outros(Brasil,2016).

É oportuno registrar as contribuições dos profissionais da educação sobre as ações adequadas, que poderiam ser desenvolvidas para diminuir a evasão e consequentemente aumentar a permanência e êxito. Esses registros foram demonstrados em uma dissertação de mestrado sobre evasão no ensino médio integrado do campus Salgueiro IFSertãoPE, no entanto, esse fenômeno ao longo da história tem sido presente não só no ensino médio mais em todos os níveis e modalidades de ensino. A solução é complexa e não se aplica genericamente a todos os casos, e o enfrentamento de forma prática é um grande desafio (Cassimiro,2025).

Essas ações identificadas nos permitem construir um portfólio de intervenções, que podem ser feitas para mitigar a evasão. Dentre essas ações podemos destacar: acompanhamento estudantil, o ensino e sua metodologia, crescimento do quadro de profissionais da educação que são essências no processo, devido está em contato constate com os estudantes, trabalho permanente com ação conjunta, infraestrutura do estabelecimento escolar, ações relacionadas a assistência estudantil com ampliação de bolsas e ações coordenadas da gestão (Cassimiro,2025).

Diante do exposto, podemos destacar sobre os diversos aspectos combativos no enfrentamento a evasão, podendo ser de grande ajuda no sentido de mitigar ou mesmo conter o avanço desse fenômeno social que tem sido alvo de estudos, análises e discussões. No aspecto jurídico, as legislações vigentes em nosso país têm estabelecido a base legal para garantir tanto o acesso como a permanência. A nossa carta magna, a constituição federal (CF) de 1988 garante a todos a educação como um direito social. E em seu artigo 206 seção I da educação, destaca sobre o ensino que será ministrado tendo como base vários princípios. Nos quais podemos destacar o princípio I da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e o

princípio IX da “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1988, cap., art.206, inc. I e IX).

Essa igualdade de condições figura numa perspectiva que vai muito além da garantia de condições iguais, envolve situações de equidade. Considerando as individualidades, peculiaridades, necessidades e circunstâncias de cada indivíduo para que todos tenham as mesmas oportunidades. Esse princípio contribui para um país mais justo e menos desigual, equilibrando as desigualdades em nossa sociedade.

Já o princípio educativo IX nos concede uma garantia de direito ao acesso à educação durante toda a vida, refletindo uma perspectiva atual para a educação de reconhecimento do ensino e aprendizagem como um processo, que deve ser contínuo sem limitação a fases da vida nos assegurando a educação ao longo de toda a nossa existência.

É nesse contexto que a lei de diretrizes e bases da educação nacional a LDB/1996, corroborando com a CF/1988 nos traz a atenção também sobre a promoção do acesso e permanência como sendo um dos seus princípios basilares, destacando ainda no título III concernente ao direito a educação e do dever de educar que o estado é responsável pela educação pública e deve ser efetivado através da garantia de “ IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;” e “VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996, art.4 ,inc. IV e VII).

Essas legislações nos trazem garantias constitucionais quanto o direito ao acesso e permanência de todos a uma educação escolar, dando oportunidades de equidade e equilibrando a balança social para que aqueles em condições desiguais sejam postos em igualdade de condições. Durante a trajetória escolar dos aprendentes tanto o acesso como a permanência e conseqüentemente o êxito, devem estar presentes no ambiente educativo como um dos grandes objetivos das instituições de ensino. Todo estabelecimento escolar precisa planejar ações que possam valorizar a vida estudantil, no sentido de identificar as dificuldades e necessidades que possam comprometer a permanência e o êxito dos estudantes.

5.2 Um Manual que Orienta o Enfrentamento a Evasão e a Ampliação da Permanência na EPT

Foi desenvolvido pela rede federal na área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), um documento norteador de orientação para superação das manifestações das desigualdades sociais, tais como retenção e evasão. Nesse registro documental tem previsão para o planejamento de ações que dizem respeito ao êxito e permanência, conforme (Brasil, 2014, p.4) cuja finalidade seria:

orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo.

Diante do exposto, esse documento leva em consideração uma abordagem contempladora de previsão de ações direcionadas a ampliação do êxito e permanência dos alunos(a) nas Instituições Federais e o respeito as particularidades e especificidades de cada região. Descreve ainda, o aprimoramento das estratégias institucionais, considerando os fatores causadores da evasão e a efetividade de implementação de políticas de cunho administrativo e pedagógico. Essas orientações possibilitam a permanência e êxito dos discentes no processo educativo.

Ainda nesse contexto, podemos destacar que nesse Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2014) explicita os fatores que desencadeiam a evasão e a retenção, com adaptações relacionados a contemporaneidade e especificidade das instituições de ensino que compõe a rede federal, categorizando-os em fatores individuais, internos e externos a própria instituição de ensino (Souza; Melo, 2022).

Essas categorias indutoras de insucesso, retenção e evasão preconizadas no Documento Orientador, são decisivas na reprodução das desigualdades sociais no nosso sistema educacional de ensino. Esses fatores são divididos nas seguintes classificações:

a) fatores individuais dos estudantes: necessidade de trabalhar, formação precária no ensino fundamental, repetência ou desempenho

acadêmico insuficiente, possuir baixa aspiração educacional e ocupacional que resultam em excesso de faltas, comportamentos inadequados ao espaço acadêmico e a gestação não planejada;
 b) fatores internos à instituição: currículo, carga horária, horários e expectativas frustradas com relação ao curso, a rede de relacionamento com colegas ou professores que traduz o grau de engajamento social e acadêmico do estudante.
 c) fatores externos à instituição: distância entre casa/instituição e a falta de transporte; incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos, segurança pública etc. (Polydoro,2000; Dore e Lüscher,2011 adaptado *apud* França, Escott; Machado,2022, p.11).

Certamente a compreensão de todo o processo de permanência, identificando os prováveis fatores responsáveis pela descontinuação escolar, possibilita descobrir estratégias de mitigação e contenção da evasão, no sentido de garantir a frequência assídua dos alunos e alunas que estão inseridas no ambiente educativo. A escola e os discentes contribuem para um entendimento mútuo, tendo em vista a dimensão total de uma complexidade relacional social, tanto interna quanto externa como individual, que possa interferir no desenvolvimento socioeducativo (Sousa,2017).

A história tem mostrado que os estudantes da EJA, foram estigmatizados como aprendentes com insucesso e evadidos do sistema educacional, essa é uma realidade que perdura até os dias de hoje. Essa situação lógica juntamente com toda essa simbologia atrelado aos indivíduos da EJA, nos coloca em pensamento contraditório se considerarmos a permanência desses alunos condicionados a sua evasão (Prado,2015).

Nessa perspectiva, para compreendermos o presente é preciso revisitarmos o passado. A permanência na EJA pode ser compreendida fazendo um resgate histórico, do que foi construído ao longo do tempo entre as classes sociais necessitadas e a escola, Conforme (Gentili, 2009, p.1062) aponta:

Historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação impedindo seu acesso à escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar. Estas condições bloqueiam, travam e limitam a eficácia democrática do processo de expansão educacional, conduzindo os pobres para o interior de uma instituição que, em um passado próximo, dispunha de um conjunto de barreiras que limitavam suas oportunidades de acesso e permanência.

Ao investigarmos a história, objetivamos perceber a consciência histórica humana e conseguimos relacionar o presente com o passado. Se queremos entender a situação da EJA na atualidade precisamos recorrer as suas raízes e fazermos uma leitura do passado. É histórico a negativa de direitos ou alternativa única de permanência a um sistema educativo excludente sem efetividade de qualidade e desigual. Apesar de hoje, possuímos políticas públicas como o PROEJA que tem viabilizado o acesso e a expansão da educação para o público de jovens e adultos, essas ações não têm de fato garantido a permanência e êxito desses aprendentes no ambiente educativo (Leite,2020).

Certamente, percebemos que as legislações e orientações direcionadas para garantir a permanência dos alunos(a) dentro do sistema educativo por si só não garantem sua efetividade, precisamos de políticas públicas eficientes que sejam inseridas na sociedade junto com monitoramento de resultados. A evasão, retenção e insucesso escolar precisam ser combatidas no contexto educacional, para que os aprendentes permaneçam até a conclusão de seus cursos ou dê aos mesmos a oportunidade de prosseguir nos seus estudos.

Portanto, a escola precisa considerar os fatores dificultadores que ocasionam o abandono escolar, e “estar atenta às vivências e às relações sociais permeadas em seu interior, provendo mecanismos institucionais que acompanhem e apoiem os estudantes ao longo do curso” (Pontes; Assis, 2023, p.65). O engajamento e comprometimento coletivo junto aos fatores facilitadores que resultam na permanência escolar, contribuem para uma educação inclusiva e acolhedora.

5.3 Fatores que contribuem para o êxito estudantil

Vivemos em uma sociedade que valoriza os resultados alcançados na educação e no ensino. As instituições e o sistema educacional são objetos de avaliação a todo momento, os bons índices alcançados notabilizam os estabelecimentos escolares no cenário educacional. Nesse respeito, tanto os sistemas educacionais quanto as instituições de ensino precisam garantir aos seus alunos(a) a conclusão nos níveis e nas modalidades de ensino ofertadas pelas mesmas. Essa ação deve ser assertiva e coordenada, em conformidade com o que Assis e Pontes (2023, p.55) salienta:

Este tipo de ação muitas vezes parte de uma política educacional mais ampla, que reflete pressões externas no campo educacional, que, por si só, não mobilizam os sujeitos envolvidos no processo educativo. Concebemos que, aliadas às políticas educacionais mais amplas, a instituição deve se auto avaliar, rever suas concepções e paradigmas e lançar metas e estratégias que oportunizem a busca de sua eficiência acadêmica. a conclusão de um curso técnico é vista, em muitos casos, como uma possibilidade de superação das desigualdades educacionais, sociais e econômicas pelas quais passam muitos jovens e adultos brasileiros.

Certamente, por si só uma política educacional não será bem-sucedida e efetivada se não tiver apoio de seus pares. As instituições educativas precisam de uma autoavaliação constante, analisar seus modelos e concepções com o intuito de propor alvos atingíveis para o alcance do êxito dos estudantes. As histórias de resiliência e superação em concluir os estudos, muitas das vezes são advindas dos esforços dos aprendentes em sobrepujar um sistema excludente, desigual e opressivo.

É de extrema relevância as experiências sociais e acadêmicas dos estudantes para o êxito escolar. A ciência do comportamento e do desenvolvimento identifica que os diversos contextos nos quais a criança está inserida — como ambiente familiar, escolar e comunidade — exercem influência sobre suas atitudes, comportamentos e vivências. Dessa maneira, mesmo na fase adulta, as características individuais são moldadas por esses três contextos institucionais. Entre esses fatores, a família é considerada o mais relevante para o êxito estudantil, seguido pela escola. Já a comunidade e os grupos e círculos de amigos ocupam a terceira posição como influenciadores das aspirações educativas dos aprendentes (Rumberger,2011 *apud* Assis; Pontes,2023).

O fator institucional escola tem uma grande influência sobre os índices de conclusão, podemos elencar 4 (quatro) características presentes nas unidades de ensino que são: 1- situação social e econômica dos estudantes; 2-infraestrutura dos estabelecimentos de ensino (localização, extensão, tamanho); 3- Disponibilidade de recursos educacionais, com destaque para a qualidade dos docentes e financiamento e 4- Políticas e práticas sociais com clima organizacional (Rumberger,2011 *apud* Assis; Pontes,2023).

Rumberger e Lim (2008, tradução nossa) depois de estudos sobre a temática chegaram a seguintes conclusões: não há nenhum fator isolado que possa se responsabilizar pela decisão do estudante em permanecer até concluir o curso. O que

se tem pesquisado revela que existe um entrelaçamento de fatores, sendo influenciados entre si para a tomada de decisão. Além disso, quando se decide abandonar os estudos, essa decisão não está apenas relacionada a escola, teria que levar em consideração o comportamento dos discentes fora da escola devido isso influenciar em sua permanência. O abandono estudantil é resultado de um processo gradativo e não um fato isolado. O contexto no qual o aprendiz está inserido, exerce forte influência sobre a decisão de desistir ou continuar, uma vez que, as famílias, as escolas e as comunidades são fatores preponderantes no apoio a promoção do êxito estudantil.

Ainda nesse contexto, segundo Rumberger (2011) *apud* Assis e Pontes (2023, p.57), existe 3 (três) procedimentos de possibilidades para o melhoramento dos índices de conclusão:

1. A criação de programas que visem um subconjunto dos alunos com maior risco de abandono, fornecendo-lhe serviços e apoio;
2. A alteração do ambiente escolar, através do desenvolvimento de um conjunto abrangente de práticas e programas locais a fim de melhorar os resultados para todos os alunos;
3. Abordagens sistêmicas que envolvam todo o sistema educativo, através de políticas públicas, em nível federal ou local, que podem ter um impacto generalizado.

Nesse sentido, organizar o ensino com divisões possibilita um melhor acompanhamento e monitoramento diminuindo o perigo do aluno abandonar a escola. Um outro fator que auxilia no sucesso do educando contribuindo para uma eficiência na escola é o aperfeiçoamento do ambiente educativo e a prática com resultados dos programas. E ainda podemos destacar, o procedimento de atuações sistematizadas que abranjam todo o sistema de ensino, e que envolvam os entes federados podendo impactar de forma generalizada. Essas atividades conjuntas e coordenadas podem ser indutoras da permanência e do êxito dos estudantes.

A EJA-EPT tem sido objeto de diversos estudos relacionado as causas de abandono e da evasão escolar. No entanto, uma forma interessante de analisar esse segmento é estudar a permanência ou mais importante ainda, entender o motivo de permanecer os alunos que permanecem até a conclusão do curso. O fato de que quando se refere a EJA já vem na mente os termos de fracasso, desistência e abandono, é resultado histórico de como essa modalidade de ensino foi esquecida e tratada ao longo dos tempos. Considerar esses sujeitos por essa lógica negativa e contraditória, seria julgá-los antes mesmos de dá-los a oportunidade de

permanecerem e terem sucesso (Prado, 2015).

No entanto, a permanência dos indivíduos na EJA Profissional nos Ifes, pode se dá por diversos fatores, são eles: a determinação que os estudantes tem de nunca desistirem, o desejo e a força de vontade de aprender e obter novos conhecimentos, a convivência no meio social, autoestima elevada, a emoção de estar em uma instituição federal de ensino, a formação humana integral ofertada no PROEJA oportunizando a educação básica com uma formação profissional, a busca por melhores salários e condições de vida, sentimento de pertencimento e mutabilidade social. Esses fatores favorecem de forma positiva o êxito do aluno (Prado, 2015).

Podemos destacar ainda outros fatores que podem contribuir para o êxito e permanência do estudante. Dentre eles, um dos mais importantes seria o apoio familiar que é a base para qualquer ser humano progredir em sua trajetória de vida. A identificação com o curso preterido é extremamente valiosa no percurso educacional, pois é através dessa ação de reconhecimento que o aluno(a) vai ao encontro de suas aptidões e habilidades durante os anos escolares e desenvolve aderência ao curso de sua escolha. Estudar em uma instituição de ensino referenciada e que preza pela qualidade, é um motivo importante para a manutenção do discente e eventualmente um grande incentivador para obtenção do êxito. E ter perspectivas de adentrar no mundo do trabalho na área do curso escolhido, é um resultado esperado pelos alunos(a) que os(a) ajuda a se sentirem úteis e protagonistas em uma sociedade apreciativa do trabalho (Souza; Melo, 2022).

Esses educandos que retornam à escola depois de muito tempo fora do ambiente educativo, merecem o reconhecimento por tamanha façanha. Conforme Prado *apud* Andrade, 2009, p.41:

Valorizar esse retorno é fundamental para torná-lo visível, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros de terem a escolaridade básica.

A valorização dos jovens e adultos, que voltam aos bancos escolares depois de terem constituídos suas famílias e modo de vida, precisa ser permanente nos estabelecimentos de ensino. O sistema educacional deve tratar esses cidadãos com dignidade, consideração e respeito. Esse direito que outrora fora negado de concluir os estudos ou dar prosseguimento aos mesmos, precisa ser ressignificado a cada dia

para que o mesmo se sinta privilegiado e participe de uma educação inclusiva, a partir deles e para eles.

Os estabelecimentos escolares precisam de condições para auxiliarem esses cidadãos cheios de direitos a permanecerem e concluírem seus estudos. Prado (2015) descreve alguns deles:

No que se refere a condições materiais de permanência, pode-se dizer que o Programa de Assistência Estudantil, auxílio financeiro institucional destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que contempla auxílio transporte, alimentação, didático e moradia, tem contribuído muito para viabilizar melhores condições de permanência e êxito escolar dos estudantes do PROEJA. Pode-se dizer que um outro aspecto relevante na questão da permanência é a participação dos estudantes em outros programas remunerados com bolsas que apoiam a formação acadêmica, como monitoria e iniciação científica. Para os alunos do PROEJA, a participação nesses projetos tem uma representatividade que vai muito além do aspecto financeiro; trata-se do reconhecimento social enquanto sujeitos de conhecimentos.

Por esse viés, essas condições proporcionadas nos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia são imprescindíveis para a permanência dos alunos(a) até a sua conclusão no curso preterido. O público do PROEJA em sua grande maioria são pessoas vulneráveis economicamente e necessitam de algum tipo de auxílio para a custear seus estudos. Concomitantemente a esse auxílio é de grande valia o oferecimento de bolsas e atividades que proporcione a iniciação científica e acadêmica. Ofertar todos esses incentivos e condições propicia aos estudantes um reconhecimento de inserção, inclusão e comprometimento.

Diante disso, as idas e vindas que marcaram o percurso desses sujeitos da EJA e EJA Profissional dentro do sistema educacional de ensino. Possibilitaram a escola identificar os erros e acertos, perceber o que pode ser feito e planejar o que poderá fazer ao lidar com a permanência que tenha como resultado o êxito estudantil. Em seguida elencamos a metodologia que foi utilizada nesse trabalho.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Para que possamos adquirir conhecimento estruturado e específico sobre determinado assunto com maior exatidão, de forma reflexiva, sistemática, controlada e crítica de modo a descobrir fatos novos, se faz necessário realizarmos uma pesquisa científica. Neste respeito, a pesquisa pode ser definida como um método racional e sistemático, objetivando fornecer soluções aos problemas que são propostos. Ela é requerida quando não se tem informação suficiente na resolubilidade de determinado problema (Gil,2023).

6.1 Caracterização do Tipo de Pesquisa

No sentido de estudarmos o fenômeno a que nos propomos investigar e considerando o seu objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de entender as definições, as conceituações, as propostas de soluções acerca do tema proposto. Cujas definições tem como base amplo material já publicado que se efetiva, procurando resolver um problema ou adquirir conhecimentos através de livros, pesquisas anteriores, artigos, teses e etc. Esses registros se tornam fontes do tema a ser pesquisado, partindo da colaboração dos autores dos estudos incluídos no material que será analisado (Gil, 2023).

Para o desenvolvimento da pesquisa e procurando perceber o que os sujeitos sabem, pensam e argumentam foi aplicado questionários que permitirá conhecer a opinião dos sujeitos sobre o fenômeno estudado. Segundo Gil (2023) o questionário compreende-se por ser um agrupamento de questões que serão respondidas por escrito pelo participante pesquisado. Na busca de coletar dados onde os participantes estão inseridos e vivenciam o problema, foi realizada uma pesquisa de campo. Conforme Severino (2007, p.123) conceitua que: "A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador".

Quanto a abordagem, a pesquisa é classificada como uma pesquisa qualitativa. Quanto a natureza é uma pesquisa aplicada, na qual com a aquisição de conhecimentos será ampliado as informações em uma dada situação específica. Segundo Gil (2023) pode colaborar para que o conhecimento científico se amplie contribuindo com a proposição de novas questões que possa ser objeto de

investigação. Levando-se em conta os objetivos da investigação, essa pesquisa é considerada exploratória e descritiva. Essa classificação exploratória e descritiva é descrita por Gil (2023, p.27) que diz:

As **pesquisas exploratórias** têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado. [...] As **pesquisas descritivas** têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadram nesta categoria.

Nesse sentido, convém ressaltar a escolha pela pesquisa exploratória que proporcionará maiores informações sobre o assunto investigado, possibilitando um novo enfoque para a temática em destaque. Quanto a fazer uso da modalidade descritiva, a mesma ajudará no registro e análise, classificando e interpretando os fatos colaborando com o pesquisador no estudo do fenômeno escolhido.

A investigação aconteceu de forma participativa, objetivando a compreensão, intervenção e transformação de uma dada realidade. Buscando compartilhar, interagir e acompanhar as situações vividas e compartilhadas entre pesquisador e pesquisados. O método que foi utilizado, se deu através da pesquisa participante. Conforme destaca Brandão (1999, p.72) sobre essa pesquisa:

A pesquisa participante se coloca a serviço dos grupos ou categorias sociais mais desprovidos e explorados. Ela busca não somente desencadear ações suscetíveis de melhorar as suas condições de vida, mas também desenvolver a capacidade de análise e resolução dos problemas que enfrentam ou convivem cotidianamente...O pesquisador não é neutro, pois se coloca a serviço dos mais oprimidos e "desfavorecidos".

É nesse contexto que, a pesquisa participante tem características peculiares, tendo como objetivo primordial investigar um problema do coletivo vivido, envolvendo a comunidade na análise da sua realidade, com vistas a uma transformação social em prol de seus participantes. Dando voz e vez as comunidades e grupos sociais com pouca ou sem nenhuma representatividade. Promovendo a interação entre todos os envolvidos na investigação.

É uma pesquisa onde o pesquisador se identifica com os pesquisados e participa de forma efetiva ao longo de toda observação dos fenômenos investigados.

Não só produz conhecimento, mas os conduz a uma ação prática na resposta de determinado problema coletivo.

A identificação com os participantes da pesquisa na pesquisa participante, se dá através da interação, do envolvimento dos mesmos com o processo investigativo. O pesquisador interage e estabelece uma proximidade relacional com os participantes, resolvendo problemas e tirando dúvidas que surgem durante a realização da pesquisa conjuntamente com os pesquisados.

Os relatos informais de professores, coordenadores e diretores me possibilitaram chegar ao problema de pesquisa. Esses dados complementares ajudaram a chegar ao grande questionamento da investigação, contribuindo para com a análise da realidade.

Diante do exposto, elencamos a metodologia que foi utilizada no desenvolvimento da dissertação de forma primorosa e qualificada. Ela se configurou como uma forma de atingir os objetivos propostos e responder à questão da pesquisa. A dinâmica da pesquisa, se deu de forma efetiva, continua e progressiva. Pautada nos resultados para qual ela foi proposta. Objetivando contribuir de forma efetiva para com o mundo científico, educativo e tecnológico.

6.2 Local da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Piauí (IFPI) *campus* Picos e teve como participantes alunos(a), professores(a) e coordenadores do EJA Profissional do Curso Comércio do Ensino Médio Integrado da referida instituição. O *campus* de Picos faz parte da rede federal de ensino e sua localização fica afastado do centro da cidade. Como acontece com a maioria dos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A instituição de ensino oferece cursos técnicos de nível médio, superior e pós-graduação. O ensino técnico de nível médio possui as modalidades: integrado (Informática, Eletrotécnica e Administração); Subsequente/ Concomitante (Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Eletrotécnica e Administração) e o EJA Profissional (Comércio) e (Administração). No ensino superior oferta o curso de Química, Física e Tecnologia (Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e na Pós-Graduação (Mestrado em Ensino de Física). O *Campus* Picos do Instituto Federal do Piauí, está localizado na Avenida Pedro Marques de Medeiros s/n, na cidade de Picos

no estado do Piauí, CEP 64.605-500 no bairro Pantanal.

Foto da entrada do *Campus Picos* do Instituto Federal do Piauí:



Fonte: Produção própria

A referida instituição de ensino atualmente possui 1100 alunos e é composta por 54 técnicos administrativos e 80 professores (efetivos e contratados). O EJA profissional no *Campus Picos* oferta o curso Técnico Integrado em comércio do eixo tecnológico Gestão e Negócios, na modalidade presencial no período noturno. Possuindo dois módulos, o módulo IV com 16 alunos (a) e o módulo VI com 07, os professores ao todo para essa modalidade de ensino são 16, distribuídos em 6 professores das disciplinas de formação técnica e 10 da formação geral.

A rede federal de educação, ciência e tecnologia é uma instituição centenária que tem em suas bases conceituais a educação humanística, que articula a educação profissional com a educação propedêutica procurando avançar no progresso tecnológico-científico. Ofertando cursos que tem aderência aos estudantes e a toda comunidade. E tem sua formação baseada em princípios como a Formação Humana Integral, o Trabalho enquanto princípio educativo e a Indissociabilidade entre todas as

dimensões do processo educativo (Pacheco,2020).

6.3 Participantes da Pesquisa

Foram convidados 14 estudantes dos módulos IV e VI do Curso Técnico Integrado em Comércio – EJA Profissional do Instituto Federal do Piauí *Campus* Picos, o coordenador do curso técnico em comércio modalidade EJA Profissional e o coordenador pedagógico do *campus* Picos IFPI. Os convidados concordaram em colaborar e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice- A). Esses estudantes convidados estão cursando os módulos IV e VI.

Os convidados (a) que participaram da referida pesquisa, contribuíram de forma colaborativa e significativa para a realização da investigação. Respondendo às perguntas opinativas, abertas e subjetivas relativo aos questionários.

Com o objetivo de verificar a percepção dos sujeitos, o pensamento opinativo, a apreensão de suas experiências, a obtenção de dados tanto objetivos quanto subjetivos para a compreensão do fenômeno estudado. E no sentido de conhecer as perspectivas, expectativas, opiniões, sentimentos, interesses dos pesquisados(a) e as informações da realidade na qual estão inseridos(a), foram aplicados questionários.

Para descobrir sobre o fenômeno em análise procurarei compreender sobre: as experiências lidadas ou em andamento no curso comércio EJA Profissional nos módulos IV e VI, as dificuldades enfrentadas para permanecer no curso, os recursos e apoio além dos existentes que poderiam ser dados aos estudantes, como os alunos(a) avaliam a carga horária e flexibilização da mesma quanto a conciliação do trabalho e estudo, quais seriam os motivos desencadeadores da evasão, o que poderia ser feito pela instituição de ensino para manter o aluno frequente, qual seria a importância profissional e pessoal do curso para o aluno e como os aprendentes se sentem quanto ao apoio dos professores e coordenadores do curso dentre outros questionamentos.

6.3.1 Descrição dos Participantes

O curso comércio *Campus* Picos, possui dois módulos totalizando 23 alunos(a) que estão matriculados nessa modalidade de ensino. No entanto, participaram 09

(nove) estudantes do módulo IV, 05 (cinco) do módulo VI, o coordenador do curso técnico em comércio modalidade EJA Profissional e o coordenador pedagógico, que após anuência dos mesmos, se tornaram participantes da pesquisa. Esse recorte dos estudantes se deu, devido estarem presentes na aplicação dos questionários.

6.3.2 Critérios de Inclusão e Exclusão dos participantes da Pesquisa

Para participar desta pesquisa os participantes devem fazer parte do seguinte perfil: estarem matriculados(estudantes) nos módulos IV e VI do Curso Comércio EJA Profissional do Instituto Federal do Piauí *Campus* Picos, está como coordenador do curso técnico em comércio modalidade EJA Profissional, bem como coordenador pedagógico do *campus* Picos IFPI. Foram excluídos da pesquisa todos os estudantes que não estavam presentes na aplicação dos questionários e coordenadores que não se enquadram no perfil citado, não estiverem ativos durante o período da pesquisa e os que não aceitarem participar por meio do TCLE (Apêndice- A).

6.4 Critérios Éticos

Para garantir o pleno exercício dos direitos dos participantes da pesquisa, e evitar possíveis prejuízos aos mesmos. Foi observado os aspectos éticos da pesquisa conforme Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Este trabalho foi desenvolvido respeitando e tendo apreço as recomendações éticas, primando pelo anonimato e privacidade dos participantes (Brasil,2016).

6.4.1 Princípios orientadores da Pesquisa

Toda pesquisa acadêmica que envolve seres humanos deverá observar normas e regras éticas que estejam de acordo com a resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, as quais elencam que todas as pesquisas com seres humanos envolvem riscos em tipos e gradações variados (Brasil,2012;2016)

Além disso, os dados devem ser protegidos conforme a Lei nº 13.709/18 de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de

liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Brasil,2018).

Depois de cumprido todos esses preceitos, houve a participação na pesquisa daqueles que de livre espontânea vontade (de acordo com o subitem 5.3.1 da resolução 510/2016) concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE-Apêndice-A). Resguardando-lhes o direito de retirar o consentimento em qualquer etapa da pesquisa (Brasil,2016).

6.4.2 Riscos da Pesquisa

A pesquisa desenvolvida é caracterizada como risco mínimo, sem a intervenção ou modificação intencional nos fatores fisiológicos e sociais dos indivíduos que participam do estudo.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em um possível desconforto por parte dos participantes no momento do contato com pesquisador, em que pode ocorrer algum tipo de constrangimento a partir de alguma pergunta realizada. O participante também poderá sentir algum tipo de cansaço durante a realização da entrevista ou preenchimento do questionário ou mesmo estresse durante a participação na pesquisa.

Como medida minimizadora, para minimizar e mitigar quaisquer riscos, o pesquisador responsável adotou medidas que evitem aborrecimentos e situações indesejadas, realizando uma pausa durante a participação, e possibilitando ao participante uma remarcação do agendamento para outro momento, caso necessário. É garantido o direito ao participante de pausar, interromper ou até mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Ao longo de todas as fases da pesquisa e após a sua conclusão, foram assumidos os compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como a proteção da imagem e a não estigmatização. Para que isto aconteça, foram adotados codinomes para identificação dos participantes, sem que haja nenhum tipo de divulgação dos nomes reais, nem mesmo as iniciais ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.

Foi garantido ao participante da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (ou seja, os tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada e consentida. Bem como, o ressarcimento aos participantes da pesquisa referentes à indenização aos danos decorrentes que porventura ocorreram durante a realização desse trabalho.

E, em relação aos dados coletados, estes permanecerão em posse apenas do pesquisador que manterá os arquivos sob sua guarda e responsabilidade por um período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente de qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados.

No caso de emergência ou desconforto emocional relacionado à participação no estudo, foi disponibilizado ao participante a assistência imediata, integral e gratuita, sob responsabilidade do pesquisador responsável, assim como o encaminhamento para o suporte de profissionais qualificados, como psicólogos, se necessário, cobrindo quaisquer custos associados a essa assistência.

Este estudo foi conduzido com estrito respeito aos princípios éticos, garantindo a privacidade e confidencialidade dos participantes. Antes da coleta de dados, foi obtido consentimento informando a todos os participantes, deixando claro os objetivos e métodos da pesquisa. Além disso, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto, preservando assim a confidencialidade e a integridade dos dados obtidos.

6.4.3 Benefícios da Pesquisa

Como benefícios da pesquisa os participantes tiveram: a) acesso ao conhecimento sobre as dificuldades, desafios e perspectivas da EJA Profissional; b) construção de uma ferramenta digital que facilitará o estudo, a análise e a reflexão sobre o público de jovens e adultos no enfrentamento da evasão; c) contribuição na produção de material didático instrucional na área de ensino para EJA profissional, que inclua as experiências, vivências e soluções para a tomada de decisões no ambiente escolar ; d) produção de conhecimento novo relacionado a educação de jovens e adultos, no contexto da formação humana integral; d) contribuição para o

desenvolvimento de políticas públicas locais ou de maior abrangência, que vislumbre a inclusão e garantia do acesso e permanência ao alunos(a) da EJA Profissional no trabalho e na escola.

6.5. Demonstração dos Instrumentos de Pesquisa

A pesquisa se deu por meio de questionários, presencial, de modalidade aberta com sequência e questões subjetivas que foram preestabelecidas, onde o pesquisado teve imensa liberdade para responder. Esse instrumento de pesquisa ajuda a compreender alguma percepção sobre o fenômeno em análise, com perguntas abertas e subjetivas previamente elaboradas, e de forma presencial usando material impresso.

Quanto a análise dos dados coletados foi utilizada a análise de conteúdo, no sentido de analisar e interpretar discursos na linguagem escrita, procurando entender de forma crítica as mensagens e vendo o que está por trás das palavras. Essa metodologia de acordo com Severino (2007, p.121):

Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. As mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais.

A análise de conteúdo tem sua atuação sobre a fala e sobre a escrita, que se configura em discursos mediante formas de depoimentos, entrevistas e perguntas. Analisando as comunicações, tratando de compreender criticamente o sentido manifestado. Na sequência discorreremos sobre a contextualização do produto educacional e a escolha do produto educacional que foi escolhido e implementado.

7. PRODUTO EDUCACIONAL

Durante o período das aulas do ProfEPT (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) juntamente com o direcionamento do orientador, foi percebido a necessidade de elaborar um produto educacional como exigência do programa, para obtenção do diploma de conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Esse produto educacional foi planejado e desenvolvido no ProfEPT, fruto da pesquisa acadêmica, devendo contribuir para a área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sendo uma proposta que possa ter aplicabilidade em resolver um problema ou considerar a reivindicação de um determinado público-alvo (Rôças; Moreira; Pereira,2022).

A criação de um Produto Educacional é uma das obrigações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a conclusão dos Mestrados Profissionais na área de Ensino. Esta área foi estabelecida pela Portaria 83, de 06 de junho de 2011, pela CAPES, englobando tanto os mestrados profissionais quanto os acadêmicos (Freitas,2021; Brasil,2011).

Dentro deste conjunto de programas de pós-graduação está o ProfEPT, disponibilizado em rede através da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com instituições em todos os Estados da Federação (Sarmiento; Neto, 2021). Entre essas instituições de ensino está o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE, uma instituição de excelência que está comprometida com uma educação pública, gratuita e de qualidade. Estar em um Instituto desse porte, me motivou a desenvolver um Produto Educacional que possa contribuir para tornar a educação melhor e cada vez mais prática para a sociedade.

Neste respeito, a oportunidade de desenvolver uma proposta de produto educacional para ser aplicado, possibilitou a proposição de soluções interventivas para resolutividade de problemas demandados pela comunidade educativa. Por meio dessa produção pôde haver a aproximação da teoria à prática educativa, vivenciados e experienciados pelos participantes da pesquisa (Rôças; Moreira; Pereira,2022).

Vivemos em uma sociedade digital, que necessita cada vez mais de informação para se desenvolver. As novas tecnologias educativas contribuem para mitigar as dificuldades educacionais que se apresentam em nosso meio social. As reflexões

acerca do tema do projeto de pesquisa juntamente como o acompanhamento e direcionamento do professor-orientador, foram decisivas para a escolha do produto educacional a ser desenvolvido, um *blog*, aplicado e validado com vistas a consolidar o resultado da pesquisa.

Franco (2005, p.311) caracteriza os *blogs* destacando que:

Por ser uma ferramenta interativa, os blogs apresentam características técnicas que podem ser consideradas pedagógicas, embora não tenham sido criadas com este objetivo, que permitem alcançar o letramento digital. Como característica técnica, os blogs apresentam a possibilidade de publicação instantânea, em entradas cronologicamente inversas, permitindo a divulgação de textos, imagens, músicas, a capacidade de arquivamento de mensagens anteriores, disponível ao leitor, além de hiperlinks, que tanto podem complementar o assunto em debate, quanto relacionar um blog a outros blogs.

Nesse sentido, o *blog* tem um impacto sobre os aspectos educativos de forma colaborativa podendo contribuir significativamente para interação com o público, possibilitando no campo educativo debates, aprofundamentos e pesquisas sobre uma determinada temática. Enriquecendo cada vez mais o ensino e aprendizagem, fazendo nesse sentido uma ligação de matérias diversas com essa ferramenta digital interativa.

Essa ferramenta atemporal, que permite aos seus usuários serem protagonistas, atores, editores e pesquisadores possibilita um ciclo interativo mediante conteúdos que estão disponíveis nesse instrumento tecnológico digital. Permitindo novas formas de aprender e tornando o ensino e aprendizagem mais dinâmico. Conforme Rocha, Ferreira e Vieira (2019, p.138) destaca sobre a relevância das novas tecnologias o processo educativo:

Relevante é que o aluno, enquanto sujeito ativo de suas ações leva como prioridade as suas formas de aprender e o professor precisa se posicionar, enquanto mediador participativo dos saberes envolvidos. Ao colocar as tecnologias como ferramentas de interesse educacional, o professor, não pode esquecer que por trás do ambiente digital há um ser humano e este não pode nem deve ficar refém do comodismo, mas sim participar e contribuir com a dinamicidade que as tecnologias digitais exigem.

Por esse viés, o aprendente quando se utiliza das novas tecnologias se torna protagonista no ensino e aprendizagem e proativo. Suas ações enriquecem o

ambiente educativo e proporciona que o docente tome posição mediadora no compartilhamento de saberes. Essa ação recursiva através das novas tecnologias entre aluno(a) e professor(a) retira o discente do comodismo, e quando existe a sensibilidade humana do docente, isso contribui para o dinamismo das novas tecnologias digitais, especialmente as de grande interação como os *blogs*.

O *blog* EJA EM AÇÃO apresentado foi desenvolvido de forma planejada com base em seções e subseções, divididas de forma interativa e construídas durante a pesquisa. Essa ferramenta se torna atrativa devido os leitores poderem acessar o conteúdo contido na página e terem permissão para interagir, fazendo a permuta de informações, observações e opiniões através das postagens, e isso tudo gratuitamente sem impeditivos ou dificuldades no uso, visto que, o uso desse recurso é totalmente fácil, gratuito e acessível (Silva, 2017).

O resultado da pesquisa desenvolvida no mestrado ProfEPT, foi um produto educacional em formato de *blog* do tipo material didático/instrucional, visto que, essa ferramenta de aprendizagem possibilita muita interação. Foi produzida na plataforma *WordPress* com o objetivo de desenvolvimento da escrita nos estudantes, incentivo do senso crítico e reflexivo, estímulo à criatividade e compartilhamento de trabalhos entre discentes e docentes (Rodrigues,2020).

Esse produto educacional foi idealizado e planejado junto ao professor-orientador, no sentido de contribuir para identificar quais são os fatores que provocam a permanência/evasão dos estudantes no Instituto Federal do Piauí *Campus* Picos no Curso Comércio PROEJA. Podendo ir além, após cumprido o seu objetivo, se tornando uma ferramenta de divulgação de eventos e outras atividades acadêmicas.

O *blog* EJA EM AÇÃO - Permanecer para crescer poder ser acessado através do endereço eletrônico <https://eja.news2social.com.br>. Por ser uma ferramenta interativa o *blog* poderá contribuir para a trocas de experiências e saberes, mantendo uma forma de aprendizado e ensino numa perspectiva de horizontalidade. Esse espaço democrático pôde proporcionar que tanto alunos quanto professores possam trabalhar diversos conteúdos, assuntos em sala de aula, auxiliando no ensino e aprendizagem (Severo; Rodrigues,2020).

O *blog*, quando utilizado como ferramenta tecnológica, pode oferecer inúmeras oportunidades aos estudantes. Além de estimular a criatividade, ao explorar habilidades como fotografia, vídeo, ilustrações e áudio, ele contribui para o

aprimoramento da escrita e da interpretação de textos. Ao comentar textos de colegas ou sugerir pautas e discussões, o estudante também desenvolve seu senso crítico, criando um ambiente aberto e democrático para o debate e a troca de conhecimentos. É uma maneira de promover a emancipação do discente, fomentando seu desenvolvimento intelectual, senso crítico e sua liberdade de expressão (Severo; Rodrigues, 2020).

O compartilhamento de informações em rede com outros Institutos Federais, possibilitou experienciar outras realidades, podendo mitigar o problema em análise. Essa tecnologia como ferramenta educacional, pôde ser utilizada para aprimorar a permanência do aluno (a) controlando os índices de evasão.

Esse produto educacional é destinado para os alunos do módulo IV E VI do Curso Técnico Integrado em Comércio – EJA Profissional do Instituto Federal do Piauí *Campus Picos*, esses serão beneficiados diretamente, no entanto, o trabalho auxiliou também professores(a), coordenadores e alunos da EJA e EJA Profissional e os profissionais que lidam e atuam na educação de jovens e adultos e na EJA Profissional.

7.1. Estruturação do Produto Educacional

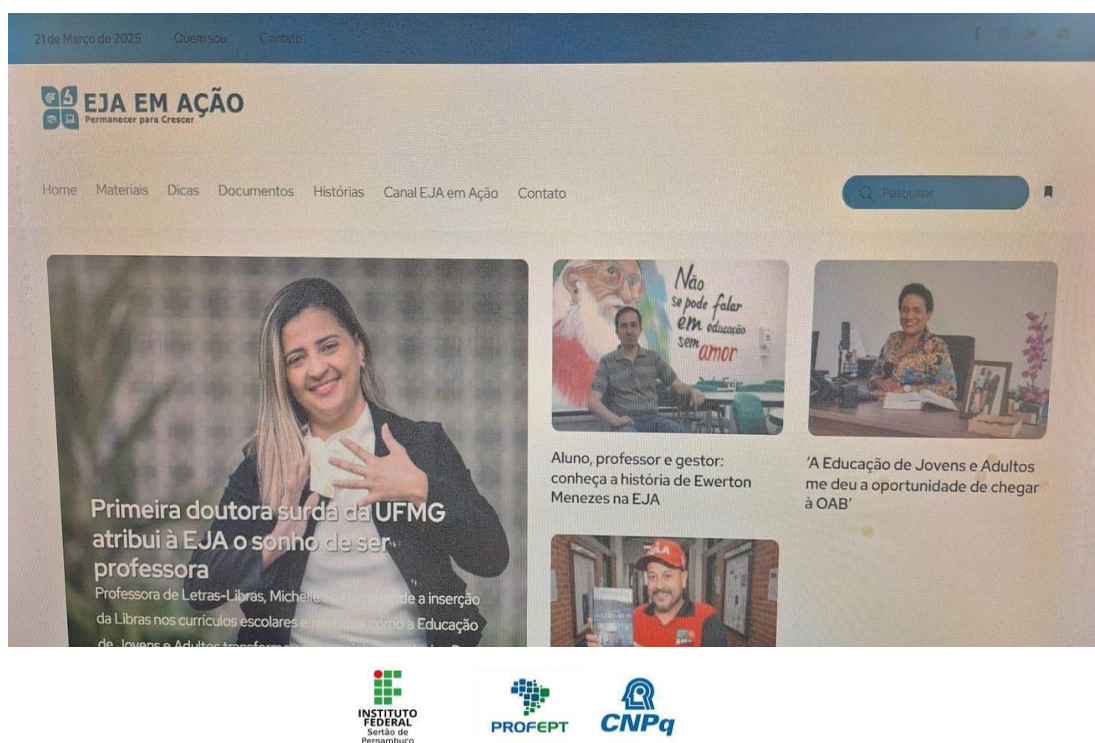
O produto educacional idealizado teve seu desenvolvimento consolidado mediante a investigação, auxiliou no processo contínuo de ensino e aprendizagem dando suporte às atividades educativas e de formação. E mostrou-se um instrumento de grande utilidade para os docentes em sala de aula contribuindo também para a produção autônoma dos alunos dentro do ambiente educativo. Podendo ainda, promover interação e motivação entre os participantes. Esse material instrucional, teve como funcionalidade o gerenciamento de conteúdo, sendo um sistema de usabilidade fácil, interativo e de grande comunicabilidade.

O objetivo para a criação desse produto educacional (PE) é desenvolver uma ferramenta que contribua para permanência que tenha como resultado o êxito e a redução da evasão dos estudantes no curso de Comércio do EJA Profissional no Instituto Federal do Piauí, *Campus Picos*. O blog intitulado "*EJA em Ação – Permanecer para Crescer*" está em uma plataforma digital interativa, que visa fornecer conteúdos relevantes, apoio pedagógico e estratégias motivacionais, além de fomentar a reflexão e o diálogo sobre os desafios enfrentados pelos estudantes da EJA profissional, incentivando sua permanência e sucesso acadêmico. O produto educacional escolhido está dividido em partes descritas abaixo, que foram frutos do

desenvolvimento da pesquisa.

Na página inicial do produto educacional está a identidade visual do *Blog* com o título EJA EM AÇÃO com o seguinte subtítulo “Permanecer para Crescer”. Nessa seção há uma apresentação do *Blog* com o objetivo, definição e descrição do público-alvo. Ficou localizado no topo da página do *blog* e estão configurados juntamente com os seguintes menus: Quem sou eu, contato, Home, Matérias, Dicas, Documentos, Histórias, Canal EJA em Ação e Pesquisar. Conforme ilustrado abaixo:

Quadro 1: Foto da Tela superior inicial do Produto Educacional



Fonte: Elaboração própria

Em destaque estão as histórias de sucesso que são compostas por 4 histórias de alunos da EJA que tiveram sucesso em sua trajetória escolar a partir da Educação de Jovens e Adultos. Na rolagem da página temos o Canal EJA em Ação que possui: vídeos encontrados no *Youtube* com depoimentos dos alunos(a) da EJA Profissional, com experiências reais que nos emocionam, vídeo motivacional dentre outros. Em seguida, conseguimos visualizar dicas para os docentes, documentos sobre

legislações para a modalidade de ensino, artigos e Histórias de superação que contêm 11 relatos fantásticos de alunos e alunas do PROEJA que deram origem ao *ebook* intitulado: “Histórias inesperadas, diferentes e especiais”. Abaixo explanamos sobre os resultados e discussões, como foram analisados os dados e as etapas seguidas para a interpretação dos mesmos.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos foram gerados a partir da aplicação do questionário estruturado aplicado a 14 participantes do curso de Técnico em Comércio Integrado ao EJA Profissional, no IFPI Campus Picos. O objetivo desse questionário foi compreender a experiência dos alunos, as dificuldades enfrentadas, os motivos para permanência ou evasão, e sugestões para melhoria do curso e da permanência dos estudantes.

Para o tratamento das informações obtidas, optou-se pela análise de conteúdo temática, conforme proposta de Bardin (2016). Inicialmente, as respostas foram organizadas em um único documento, identificadas por códigos (P1 a P14), e submetidas à leitura flutuante.

Na etapa de pré-análise, foram identificadas as unidades de sentido, conforme a metodologia proposta na Análise de Conteúdo, e posteriormente agrupadas em categorias e subcategorias. Esta análise de conteúdo temática foi desenvolvida a partir de categorias temáticas derivadas das perguntas, *a priori*, e subcategorias emergentes das respostas, *a posteriori*. Em seguida, a exploração do material ocorreu por meio da codificação e categorização, de modo que as respostas foram interpretadas à luz do referencial teórico apresentado. Os resultados são apresentados em categorias temáticas, ilustradas por trechos extraídos das respostas dos participantes.

A organização dos dados foi realizada em quadros, contendo as categorias, subcategorias, unidades de registro e o respectivo participante, codificados como P1, P2, P3, etc., a fim de manter o sigilo e anonimato do participante. Esse procedimento contribuiu para a sistematização das informações, garantindo maior clareza e rigor no tratamento do material, conforme a metodologia da Análise de conteúdo.

Quadro 02: Perguntas do questionário

Perguntas do questionário
1. Como você descreveria sua experiência até agora no curso de Comércio EJA Profissional no Campus Picos?
2. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta para continuar frequentando as aulas?
3. Em sua opinião, o que mais dificulta a permanência dos alunos no curso?
4. Você já considerou desistir do curso em algum momento? Se sim, quais foram os motivos?
5. O trabalho interfere na sua capacidade de frequentar as aulas regularmente? Como?

6. Quantas horas por semana você trabalha e como isso afeta seus estudos?
7. Quais recursos ou apoios oferecidos pelo Instituto você considera importantes para sua permanência no curso?
8. Você acredita que a formação oferecida pelo curso contribui para sua formação humana integral? De que forma?
9. Quais motivos você acredita serem os principais para a evasão dos seus colegas?
10. O que poderia ser feito pela instituição para ajudá-lo a permanecer no curso?
11. Que fatores pessoais você considera mais importante para sua permanência e êxito no curso?
12. Que sugestões você daria para que outros alunos não desistam do curso?

Fonte: Elaboração própria

As categorias temáticas serão elencadas a seguir.

1. Experiência no curso
2. Dificuldades pessoais e institucionais
3. Fatores de interferência do trabalho
4. Motivos para evasão
5. Recursos institucionais valorizados
6. Contribuição do curso para a formação humana integral
7. Fatores pessoais de permanência e êxito
8. Sugestões dos estudantes para melhoria e permanência

QUADRO DE CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

Quadro 03: Categorias *experiência no curso*

Categoria temática	Subcategoria	Unidade de registro (exemplo)	Participante
Experiência no curso	Avanço profissional e pessoal	Foi um avanço importante, consegui avançar muito mais nas vendas	P1
Experiência no curso	Ampliação de conhecimentos	Muito bom, conheci muitas pessoas, novas experiências e aprendizados	P2

Experiência no curso	Superação de dificuldades	No início foi muito difícil, mas o aprendizado valeu a pena	P3
Experiência no curso	Satisfação e gratidão	Experiência maravilhosa, estou aprendendo muito e quero aprender mais	P4
Experiência no curso	Melhoria profissional	Está sendo produtiva, aprendendo muitas coisas que fazem sentido na vida pessoal e profissional	P9
Experiência no curso	Autonomia e empreendedorismo	Me ajudou psicologicamente e financeiramente a iniciar um negócio próprio	P14

Fonte: Elaboração própria

A categoria "*Experiência no curso*" congrega um conjunto de significados que evidenciam como os sujeitos constroem sentidos para sua trajetória educacional. Os enunciados revelam que os estudantes associam o curso a uma experiência transformadora, que mobiliza dimensões profissionais, pessoais e subjetivas. Observa-se, por exemplo, que os participantes expressam percepções de avanço profissional e pessoal (P1), ampliação de conhecimentos e repertórios socioculturais (P2), superação de obstáculos (P3), satisfação com o processo de aprendizagem (P4), melhoria na qualificação para o trabalho (P9) e até mesmo empoderamento para o empreendedorismo (P14).

À luz do materialismo histórico-dialético, essas expressões devem ser compreendidas não como experiências isoladas ou puramente individuais, mas como reflexos das contradições históricas entre o capital e o trabalho, que atravessam a trajetória dos sujeitos. Conforme Marx (2008), o trabalho não se reduz à atividade produtiva, mas é um princípio ontológico que constitui o ser social. Dessa forma, a formação adquirida no curso técnico se apresenta, para esses estudantes, como uma mediação concreta entre sua inserção nas relações sociais e a possibilidade de ressignificação de suas condições de existência. A partir da leitura de Frigotto (2005), entende-se que a EJA integrada à Educação Profissional possui o potencial de construir percursos formativos comprometidos com a formação omnilateral, superando visões meramente instrumentais ou utilitaristas da qualificação. As falas dos participantes indicam, portanto, um movimento pedagógico que não se limita à

transmissão de conteúdos, mas promove o encontro entre o saber científico e as experiências vividas pelos sujeitos da classe trabalhadora.

Quadro 04: Categorias *Dificuldades pessoais e institucionais*

Categoria temática	Subcategoria	Unidade de registro (exemplo)	Participante
Dificuldades pessoais e institucionais	Conciliar trabalho e estudo	Trabalho e cuidado dos meus pais que são idosos	P1
Dificuldades pessoais e institucionais	Cansaço e desgaste físico	Desgaste físico, venho para as aulas cansado devido à correria	P14
Dificuldades pessoais e institucionais	Horários	Os horários às vezes por conta do trabalho	P5
Dificuldades pessoais e institucionais	Falta de tempo e rotina exaustiva	Dificuldade por falta de tempo e rotina exaustiva de trabalho	P13
Dificuldades pessoais e institucionais	Diferença de idade e conflitos interpessoais	Dificuldade de lidar com outras pessoas que pensam diferente, por conta das idades	P6
Fatores de interferência do trabalho	Horários e cansaço	8 horas por dia e afeta porque não dá para fazer trabalhos de casa	P2
Fatores de interferência do trabalho	Trabalho fora do município	Trabalho viajando e fazendo serviços em cidades vizinhas	P11
Fatores de interferência do trabalho	Carga horária elevada	Cerca de 60 horas por semana, entre trabalho fixo e negócio próprio	P14

Fonte: Elaboração própria

As falas dos participantes da pesquisa revelam um conjunto de obstáculos que perpassam tanto a esfera pessoal quanto as condições objetivas de inserção no mundo do trabalho. Sob a categoria “*Dificuldades pessoais e institucionais*”, emergem questões como a sobrecarga decorrente da conciliação entre trabalho, estudo e cuidados familiares (P1), o cansaço físico resultante da intensa jornada cotidiana (P14), a rigidez dos horários escolares frente à flexibilidade exigida pelas relações laborais (P5) e a exaustão advinda da rotina intensa de trabalho (P13). Além disso, conflitos intergeracionais (P6) apontam para dificuldades de convivência e de integração no espaço escolar, reflexo das múltiplas temporalidades e vivências que caracterizam a EJA integrada.

Esses dados, quando analisados sob a lente do materialismo histórico-dialético, evidenciam as determinações sociais que estruturam as condições de vida e de estudo dos sujeitos. O cansaço, a sobrecarga e o tempo exíguo não são fatores meramente individuais, mas expressão das contradições entre o tempo da produção capitalista — cada vez mais expropriador da força de trabalho e da vida — e o tempo necessário à formação humana plena. Marx (2008) já apontava como o capital tende a subsumir a vida social aos ritmos da produção, o que se intensifica nas condições do proletariado contemporâneo, especialmente entre os trabalhadores precários e autônomos, como é o caso de muitos estudantes da EJA profissional.

Quadro 05: Categorias *motivos para evasão*

Categoria temática	Subcategoria	Unidade de registro (exemplo)	Participante
Motivos para evasão	Falta de interesse	Falta de compromisso com o curso	P5
Motivos para evasão	Conflitos pessoais e cansaço	Falta de tempo e rotina exaustiva de trabalho	P13
Motivos para evasão	Distância e transporte	A distância tem sido um dos principais fatores de desistência	P8
Motivos para evasão	Falta de apoio familiar	Alguns têm filhos pequenos e não têm com quem deixar	P1

Fonte: Elaboração própria

A evasão escolar, especialmente em cursos voltados à Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, não pode ser compreendida como uma decisão meramente individual ou fruto de desinteresse isolado. Ao contrário, como demonstram as falas dos sujeitos da pesquisa, trata-se de um fenômeno multifatorial, enraizado nas contradições estruturais da sociedade capitalista e nas condições objetivas e subjetivas de existência da classe trabalhadora.

Entre os fatores citados pelos participantes, destacam-se a falta de interesse ou compromisso com o curso (P5), os conflitos pessoais associados ao cansaço e à rotina exaustiva de trabalho (P13), a distância geográfica e os problemas com transporte (P8), e a falta de apoio familiar, especialmente relacionada ao cuidado com filhos pequenos (P1). Esses elementos, embora distintos, convergem para a mesma lógica de exclusão que historicamente marca o percurso educacional das camadas populares no Brasil.

Quadro 06: Categorias *Recursos institucionais valorizados*

Categoria temática	Subcategoria	Unidade de registro (exemplo)	Participante
Recursos institucionais valorizados	Bolsa auxílio	A bolsa que recebemos nos ajuda um pouco	P1
Recursos institucionais valorizados	Transporte gratuito	O transporte de ônibus do IFPI é de suma importância	P8
Recursos institucionais valorizados	Professores qualificados	A qualidade do estudo e a qualificação dos professores	P9
Recursos institucionais valorizados	Aulas práticas	Aulas práticas	P12
Recursos institucionais valorizados	Estrutura do campus	A estrutura do campus e o apoio dos funcionários	P14

Fonte: Elaboração própria

As respostas dos sujeitos evidenciam o reconhecimento de diversos recursos institucionais como fundamentais para viabilizar a permanência no curso e qualificar a

experiência formativa no âmbito da EJA Profissional Integrada. Os aspectos mencionados abrangem apoios materiais e pedagógicos, como a *bolsa auxílio* (P1), o *transporte gratuito* oferecido pela instituição (P8), a *qualificação dos docentes* (P9), a valorização das *aulas práticas* (P12) e a *estrutura física e apoio técnico-administrativo* (P14).

Esses elementos, embora distintos, configuram dimensões essenciais para a concretização do direito à educação em sua forma ampliada, conforme propõe Saviani (2007). Do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, tais recursos não são meros “complementos” ao processo de ensino, mas condições objetivas de permanência e aprendizagem, sem as quais o acesso educacional permanece limitado à esfera do direito formal, sem efetividade material.

Quadro 07: Categorias *Contribuição para formação integral*

Categoria temática	Subcategoria	Unidade de registro (exemplo)	Participante
Contribuição para formação integral	Desenvolvimento profissional	A formação me destacou na empresa onde trabalho	P3
Contribuição para formação integral	Postura e maturidade	Contribui na forma de saber lidar com pessoas e situações	P9
Contribuição para formação integral	Preparação para o mercado	Prepara você para o mercado de trabalho	P13
Contribuição para formação integral	Respeito às diferenças	Mais cautela ao lidar com as pessoas, respeitando diferenças	P6

Fonte: Elaboração própria

Quadro 08: Categorias *Fatores pessoais para permanência*

Categoria temática	Subcategoria	Unidade de registro (exemplo)	Participante
Fatores pessoais para permanência	Força de vontade e fé	Força de vontade e muita fé que vou terminar o curso	P11

Fatores pessoais para permanência	Exemplo para a família	Mostrar para os filhos que estudar não tem idade	P2
Fatores pessoais para permanência	Motivação profissional	Concluir o curso e ter boa carreira na área do comércio	P5
Sugestões para permanência	Sala de acolhimento infantil	Sala de acolhimento para mães deixarem as crianças	P11
Sugestões para permanência	Flexibilização de horários	Mudando o horário acredito que facilita muito	P8
Sugestões para permanência	Apoio psicológico	Ter aulas com professores de psicologia para ouvir os alunos	P6

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar os fatores pessoais que favorecem a permanência dos estudantes na EJA Profissional, emergem elementos que revelam dimensões subjetivas da luta por escolarização: *força de vontade e fé na conclusão do curso* (P11), o desejo de *ser exemplo para os filhos* (P2) e a *motivação profissional relacionada à inserção no mercado de trabalho* (P5). Esses fatores revelam que a permanência escolar não é determinada apenas por condições institucionais, mas também por processos simbólicos e afetivos profundamente marcados pelas experiências históricas dos sujeitos.

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, essas dimensões subjetivas devem ser compreendidas como parte constitutiva da práxis dos estudantes. A “força de vontade”, longe de ser uma virtude isolada, é a expressão da resistência cotidiana diante de um sistema que reiteradamente nega à classe trabalhadora o acesso a uma formação plena.

ANÁLISE GERAL DAS CATEGORIAS

A análise qualitativa das respostas dos participantes do curso Técnico em Comércio integrado ao EJA Profissional, no IFPI Campus Picos, revela um conjunto de elementos que reafirmam e enriquecem a compreensão teórica sobre os desafios

da permanência e do êxito na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional. Essa modalidade educativa, como destaca Saviani (2003), pressupõe a superação da fragmentação entre trabalho manual e intelectual, buscando o desenvolvimento omnilateral do sujeito, ou seja, a formação integral, que permita ao trabalhador não apenas executar tarefas, mas compreender criticamente o mundo do trabalho e a sociedade em que vive.

Nas falas dos participantes, a experiência no curso é descrita como uma oportunidade de crescimento pessoal, desenvolvimento profissional e avanço na autoestima. Esse aspecto se relaciona diretamente à ideia de formação humana integral, que não se limita à aquisição de competências técnicas, mas abrange o desenvolvimento cultural, social e político do indivíduo. Como destaca Frigotto (2021), a educação politécnica visa à formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade dos processos produtivos e sociais, contribuindo ativamente para a transformação da realidade. Quando os participantes relatam terem conquistado avanços em suas carreiras, iniciado negócios próprios ou se tornado referência para familiares, confirmam a importância e a perspectiva transformadora da EJA articulada ao ensino profissional.

Contudo, os dados apontam que o percurso formativo dos participantes da pesquisa é atravessado por dificuldades objetivas, como longas jornadas de trabalho, cansaço físico e responsabilidades familiares. Di Pierro (2005) aponta que a permanência na EJA depende, em grande medida, da capacidade da escola de compreender essas realidades e adaptar suas práticas e estruturas. Antunes (2018), ao discutir o sentido do trabalho na sociedade contemporânea, explicita como o trabalho, sob a lógica do capital, transforma-se frequentemente em um fator de exaustão física e mental, alienando o trabalhador do seu próprio tempo e de sua possibilidade de desenvolvimento pessoal e intelectual. Esse conceito é profundamente conectado com a realidade dos estudantes da EJA Profissional, que relatam a dificuldade de conciliar jornadas extensas de trabalho com o desejo de estudar e melhorar sua vida.

Nas falas dos participantes, a rotina exaustiva e a sobrecarga revelam o impacto direto do trabalho precarizado e desumanizante, descrito por Antunes (2018), que reduz o sujeito a uma força produtiva constantemente pressionada e desprovida de autonomia. Isso evidencia que, para além dos desafios educacionais, a permanência escolar está condicionada a um contexto socioeconômico marcado pela

exploração do trabalho e pela ausência de políticas públicas que conciliem formação e condições dignas de vida.

Portanto, quando os estudantes relatam cansaço, falta de tempo e dificuldade de deslocamento, estamos diante de manifestações concretas da contradição entre a busca por emancipação via educação e a alienação provocada pelo mundo do trabalho, como analisado por Antunes (2018). Esse quadro reforça a necessidade de práticas pedagógicas e gestões institucionais que não apenas reconheçam, mas que enfrentem essas contradições, criando estratégias que respeitem os limites físicos e emocionais dos educandos trabalhadores, em consonância com a perspectiva de uma educação libertadora na mesma linha defendida por autores marxistas, a fim de manter a permanência dos estudantes na instituição, proporcionando o supracitado êxito escolar.

A presença de políticas institucionais de apoio, como o transporte gratuito, a bolsa auxílio e o acolhimento oferecido pelo campus, é destacada pelos participantes como fator relevante para sua permanência. Esses elementos concretizam aquilo que Saviani (2003) descreve como condições objetivas de acesso e permanência na escola. Além disso, a defesa de uma educação integrada e articulada, proposta por Ciavatta e Ramos (2011), reforça a importância desses apoios institucionais, visto que a formação omnilateral não ocorre de maneira espontânea, mas exige suporte material e institucional, assim como um compromisso ético e político.

Da mesma forma, Pacheco (2020) destaca a estrutura dos Institutos Federais como espaços privilegiados para a implementação dessas políticas, estruturados para atender às demandas sociais e territoriais dos sujeitos, assegurando verticalidade e transversalidade na formação. Portanto, sem a presença desses mecanismos de apoio, a educação emancipadora perde sua força prática e sua capacidade de promover transformações na vida dos estudantes historicamente vulnerabilizados.

O reconhecimento da importância do papel docente, evidenciado nas respostas dos participantes, encontra respaldo nas concepções de pensadores como Gramsci (1982), que enfatiza a necessidade de uma escola unitária capaz de formar sujeitos críticos e autônomos, rompendo com a fragmentação entre o fazer e o pensar. Tal papel docente vai além da simples transmissão de conteúdos, assumindo uma função mediadora, cultural e política, como aponta Monasta (2010), ao destacar o papel dos intelectuais orgânicos na formação da consciência social.

A paciência dos professores e a capacidade de lidar com diferentes faixas etárias, relatadas pelos estudantes, expressam práticas pedagógicas humanizadas e dialógicas, coerentes com a proposta de uma *Bildung* defendida por Winkler (2012), em que o desenvolvimento intelectual e cultural são integrados ao processo formativo. Além disso, o trabalho docente sensível às histórias de vida dos educandos, relacionando os conhecimentos às suas diferentes dimensões está alinhado à perspectiva de Frigotto (2021), que defende a educação politécnica e crítica como instrumento de resistência à lógica capitalista e promotora da emancipação. Assim, o papel do professor na EJA Profissional deve ser entendido como o de um formador que articula ciência, cultura e trabalho, promovendo o desenvolvimento omnilateral defendido por Ciavatta e Ramos (2011), e contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar sua realidade.

A ausência de apoio psicológico, apontada por alguns participantes, revela lacunas institucionais que comprometem a formação humana integral. A EJA, como espaço de recomeços e retomadas, muitas vezes carrega cicatrizes emocionais e sociais em seus sujeitos. Defende-se que o papel da educação, especialmente em contextos vulneráveis, deve ir além do currículo formal, alcançando o campo das relações humanas e da saúde emocional. A escola, nesse contexto, torna-se também um espaço terapêutico, onde o afeto, a escuta e o acolhimento são tão importantes quanto o conteúdo programático.

Por fim, a manifestação do desejo de ser exemplo para os filhos e familiares, encontrada em várias respostas, conecta-se à concepção de educação como direito social e vetor de mobilidade e emancipação, defendida por Paiva (2000). A escola, para esses sujeitos, não é apenas um espaço de aprendizagem individual, mas um lugar de reconstrução da dignidade, da cidadania e da esperança de um futuro melhor para as próximas gerações.

A Educação de Jovens e Adultos, enquanto espaço formativo caracterizado por recomeços e retomadas, acolhe sujeitos cujas trajetórias educacionais e sociais são marcadas por interrupções e desafios históricos. Nesse contexto, tornam-se evidentes as marcas emocionais e sociais resultantes de condições de vulnerabilidade e exclusão, que requerem abordagens pedagógicas sensíveis, acolhedoras e fundamentadas em princípios humanizadores e emancipatórios.

Essa perspectiva pode ser aprofundada a partir dos conceitos discutidos por Gramsci (1982), que entende a educação como ferramenta de emancipação e

transformação social, capaz de formar sujeitos conscientes e protagonistas de sua história. Marx e Engels (2007) também contribuem para esse entendimento, ao afirmar que o trabalho e as condições sociais moldam a consciência humana e a superação da alienação, isto está ligado à transformação das condições materiais por meio da ação coletiva. Nosella (2004), ao dialogar com Gramsci, reforça a importância da escola humanista e libertadora na construção de sujeitos que inspiram suas famílias e comunidades. A presença desse desejo, manifestado pelos participantes da pesquisa, encontra ressonância ainda nas ideias de Frigotto (2021), para quem a educação crítica e politécnica é o caminho para romper com as amarras da desigualdade e projetar novos horizontes para as gerações futuras. A seguir, discutiremos assim, as conclusões que inferimos a partir dessa análise qualitativa.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribuiu para o entendimento geral de como se dá a frequência e evasão na EJA Profissional *Campus* Picos na perspectiva da formação humana integral. Com base nos resultados obtidos, podemos identificar as dificuldades dos alunos (a) em permanecer frequentes no curso de comércio da EJA Integrado no Instituto Federal do Piauí do referido *Campus* e os desafios enfrentados pelos jovens e adultos nessa modalidade de ensino.

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a experiência dos estudantes do curso Técnico em Comércio Integrado à EJA Profissional, no IFPI *Campus* Picos, investigando os fatores que favorecem ou dificultam a permanência, a evasão e a vivência escolar desses sujeitos. Com base na análise dos dados obtidos por meio de questionário estruturado e tratados segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), conclui-se que o objetivo foi plenamente alcançado, pois foi possível identificar elementos centrais que atravessam a trajetória desses estudantes, considerando suas condições de vida, de trabalho e suas motivações pessoais e coletivas.

Os resultados demonstram que a experiência no curso é percebida de forma positiva, sendo associada à melhoria profissional, ampliação de conhecimentos e fortalecimento da autoestima, em um processo de formação que envolve tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. Essa dimensão formativa foi especialmente valorizada quando relacionada ao avanço pessoal e profissional, à superação de dificuldades e ao desenvolvimento de autonomia para o empreendedorismo, reafirmando o potencial transformador da educação profissional integrada à EJA.

A análise dos resultados ofereceu uma compreensão mais precisa da relação entre trabalho e desistência do aprendente quanto a trabalhar e estudar simultaneamente, assim como identificar as causas que levam os estudantes a deixarem de frequentar o curso comércio *Campus* Picos do IFPI e os obstáculos que contribuem para a não permanência dos mesmos.

A identificação dos fatores que influenciam a evasão e permanência em relação ao êxito estudantil dos jovens e adultos no contexto da formação humana integral, pode ser útil para desenvolver estratégias e intervenções eficazes. Além disso, espera-se que essa pesquisa forneça uma base para estudos futuros sobre o tema e ajude a aumentar a conscientização sobre a importância de uma relação saudável

entre permanência e êxito estudantil.

Foi elaborado um *Blog* direcionado para o enfrentamento da evasão na plataforma digital *WordPress*, tendo como base, as principais ideias planejadas e construídas durante a pesquisa. Possibilitando então que o fenômeno estudado seja mitigado de alguma forma, visando uma melhoria no âmbito educativo.

Assim, chega-se à conclusão de que a interconexão entre as respostas dos participantes e os conceitos discutidos no corpo teórico desta pesquisa revelou que a permanência e o êxito na EJA Profissional não dependem exclusivamente do esforço individual do estudante, como é defendido por algumas ideologias de viés neoliberal. Trata-se de um fenômeno multifacetado, que exige políticas públicas interessadas e comprometidas de forma ética e política, assim como práticas pedagógicas sensíveis e instituições comprometidas com a inclusão social. Os dados provenientes da pesquisa com os participantes demonstram que, quando essas condições mínimas são oferecidas, a educação de jovens e adultos torna-se um semente para a transformação social, ressignificando trajetórias e possibilitando novos futuros.

Apesar dos resultados significativos e das contribuições que esta pesquisa oferece para a compreensão da permanência e evasão na EJA integrada à Educação Profissional, é importante reconhecer suas limitações. A primeira diz respeito ao número reduzido de participantes (14 respondentes), o que, embora permita uma análise qualitativa densa e situada, restringe a possibilidade de generalização dos achados para outras realidades educacionais.

Além disso, a pesquisa baseou-se em dados coletados em um único momento, por meio de questionário estruturado. A ausência de uma abordagem longitudinal limita a observação de mudanças nas percepções dos estudantes ao longo do tempo e impede a análise dos efeitos de permanência ou evasão após a conclusão ou abandono do curso. Também não foi possível aprofundar as percepções institucionais — de gestores, professores e técnicos —, que poderiam oferecer um olhar complementar e enriquecer a triangulação dos dados.

Diante dessas limitações, sugere-se a realização de estudos futuros com amostras ampliadas e com metodologias mistas, incorporando entrevistas semiestruturadas, observações participantes e análise documental, a fim de captar com maior profundidade as múltiplas dimensões da experiência estudantil. Também se recomenda o desenvolvimento de investigações longitudinais que acompanhem os

sujeitos ao longo de sua trajetória escolar, permitindo avaliar o impacto das políticas institucionais na permanência, no êxito acadêmico e na inserção profissional.

Além disso, seria pertinente que pesquisas futuras explorassem a perspectiva de gênero na permanência e evasão, bem como as relações intergeracionais na sala de aula da EJA Profissional, considerando os efeitos que essas dimensões podem ter na experiência formativa dos estudantes.

Por fim, o resultado desse estudo pode ter implicações significativas para a tomada de decisões em políticas públicas e gestão educacional no âmbito da cidade de Picos e região. As informações obtidas a partir da pesquisa podem ser utilizadas para orientar ações e medidas concretas voltadas para a prevenção, mitigação e contenção da evasão e os desafios impostos por esse fenômeno social. Desta forma, o estudo pode fornecer informações valiosas para a permanência dos aprendentes e suas perspectivas no ambiente educativo. Possibilitando uma visão holística sobre o tema investigado, podendo contribuir para uma educação mais cidadã, inclusiva e emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ABREU JÚNIOR, Jupter Martins de. Reflexões sobre a qualidade de ensino do PROEJA em instituições federais: tensões e desafios. **Colóquio Nacional-A produção do conhecimento em Educação Profissional**, 2013. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1330/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20QUALIDADE%20DE%20ENSINO%20DO%20PROEJA%20EM%20INSTITUI%C3%87%C3%95ES%20FEDERAIS%20TENS%C3%95ES%20E%20DESAFIOS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 mar.2025.
- ALVES, Heryson Raisthen Viana; DA SILVA, Fernanda Sheila Medeiros; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. As contribuições de Paulo Freire à EJA no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6613/5609>. Acesso em: 17 fev 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **O sentido do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRUDA, A. L. et al. "Espaços não-formais na educação". **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, vol.7, n.9, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2360/960>. Acesso em: 05 mar.2025.
- ASSIS, Mercia Ferreira; PONTES, Ana Paula Furtado Soares. PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FATORES DIFICULTADORES. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 7, n. 1, p. 54-67, 2023. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1610>. Acesso em 25 abr.2024.
- BARDIN, L. (2016). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BELL, Frances. Connectivism: a network theory for teaching and learning in a connected world. **Educational Developments, The Magazine of the Staff and Educational Development Association**, v. 10, n. 3, 2009. Disponível em: <https://salford-repository.worktribe.com/output/1465696>. Acesso em: 22 abr.2025.
- BORGES, Galbênia Ferreira. A educação popular e cidadania: perspectivas da educação popular e docência face aos desafios da alfabetização na educação de jovens e adultos-eja. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 19, p. 218-232, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3981>. Acesso em 17 fev. 2024.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República Federativa do Brasil, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituicao.htm Acesso em: 03 out.2024

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts.39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1997]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 15 mar.2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2004] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 15 mar.2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: Presidência da República, [2005]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: 16 mar.2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11. Acesso em: 16 mar.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em :03 out 2024. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 88, de 23 de agosto de 2016**. Aprova o Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção do IFPI. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Piauí. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/pro-reitorias/ensino/RESOLUCAON88PLANOESTRATEGICO2016REVISAOFINAL.pdf> Acesso em:16 abr.2025.

BRASIL. **Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Presidência da República, [2008]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11741.htm . Acesso em:15 out 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm . Acesso em: 16 mar.2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm . Acesso em: 15 out.2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a Lei Geral de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm . Acesso em: 27 abr.2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [2024] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 13 fev. 2024.
BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a superação da e**

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [internet]. Disponível: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em 27 abr.2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União. Brasília, 07 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-510-de-7-de-abril-de-2016-22917558>. Acesso em: 27 abr.2024.

CAPES. **Portaria nº 83 de 06 de junho de 2011.** Dispõe sobre a criação das áreas do conhecimento: Biodiversidade, Ciências Ambientais, Ensino e Nutrição, 201. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/06/2011&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=84>. Acesso em: 27 abr.2024.

CARMO, Ana Carolina Rigoni; DE AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira; DOS REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato. O proeja como modalidade articulada à ept: uma análise sobre evasão escolar. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 2, p. 187-206, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Elizabeth-De-Jesus-Moreira-De-Amorim/publication/344761988>. Acesso em 28 abr.2024.

CASTILHOS FRANÇA, Maria Cristina Caminha; ESCOTT, Clarice Monteiro; DE SOUZA MACHADO, Lucília Regina. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053> . Acesso em 25 abr.2024.

CASSIMIRO, Ivan Timóteo. **Análise da evasão escolar no ensino médio integrado do campus salgueiro do IF Sertão PE**. 2024. Dissertação (mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-profEPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano-Campus Salgueiro. 2024. Disponível em:

<https://releia.ifsertoape.edu.br/jspui/handle/123456789/1540>

Acesso em: 14 abr. 2025.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679> . Acesso em 28 abr. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução 32/2022 – Con sup/Ouçô/Rei/IFPI, de 5 de julho de 2022**. Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio, na forma Integrado ao Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Brasília: CNE, 2022. Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:95d3209a-b9d7-4b5d-8871-3dea298194a4> . Acesso em 26 fev. 2024.

COSTA, Danielle Sobral Porto; AMORIM, Antonio. Desafios e perspectivas dos Alunos da EJA na Escola Contemporânea. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 3, p. 25-44, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Desafios+e+perspectivas+dos+Alunos+da+EJA+na+Escola+Contempor%C3%A2nea.+&btnG= . Acesso em: 20 fev. 2024.

COSTA, Maria Adélia da. **Ensino Remoto Intencional: reinventando saberes e práticas na educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

DALAQUA, Gustavo Hessmann. O que é opressão? 2020. In: ABREU, Janaina; PADILHA, Paulo Roberto (orgs.). **Aprenda a dizer a sua palavra**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DALOQD>. Acesso em: 26

fev.2025.

DALAQUA, Gustavo. Democracia e colonialidade em Freire e Boal. 2022. In: Noyama, Samon (orgs.). **Boal e a filosofia**. Curitiba: CRV, 2022. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/DALDEC>. Acesso em: 26 fev.2025.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1115-1139, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mbngdHjKWrYGVX96G7BWNRq/>. Acesso em: 10 jun.2024.

DOMINGUEZ, Enriete Cogo; RAMOS, Maria Rosangela; PANIZ, Catiane. Educação 'de Jovens e Adultos: Aspectos e Desafios sobre o Proeja. **EJA em Debate**, v. 11, n. 19, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/3265>. Acesso em: 20 jun.2024.

FÁTIMA FRANCO, Maria. Blog Educacional: ambiente de interação e escrita colaborativa. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)**. 2005. p. 309-319. Disponível em: <http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/sbie/article/view/416>. Acesso em: 25 fev.2024.

FERREIRA, Aurélio Secundo. Formação Humana Integral: Perspectivas e Práxis no Instituto Federal do Piauí-Campus Picos no Contexto da EJA Profissional. **Revista Cadernos Cajuína**, v 8, e 238208, 2023. Disponível em: <https://doi.Org/10.52641/cadcajv8i2.124>. Acesso em: 28 fev.2025.

FERREIRA, Aurélio Secundo; DA ROCHA, Gabriel Kafure. O PROEJA EM INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Criar Educação**, v. 13, n. 1, p. 160-180, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/8521>. Acesso em: 03 de fev.2025.

FERREIRA, Fabiano Gonçalves. **Temponauta: uma proposta de gamificação aplicada ao ensino de história no proeja do IFPI (Campus de Picos)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano- Campus Salgueiro, 2024. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1381>. Acesso em: 26 fev.2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65.ed. Rio de Janeiro/ São Paulo. Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em 30 mar.2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: SILVA, C, N, N; Rosa, D, S (orgs). **As bases conceituais na EPT**. 1 ed. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/article/view/221/232>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/ynpp_Thv4sMqrxDRq8XLxjqv/ . Acesso em 20 jun.2024.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos** .1. ed. São Paulo: Moderna, 2014. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Por_uma_politica_nacional_de_educacao_popular_de_jovens_e_adultos.pdf . Acesso em:02 mar.2025.

GARCIA, A.C.; CASTILHO, M.A.; DORSA, A.C.; OLIVEIRA, E.M.; Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, v. 12, p. 1-18, 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf> . Acesso em:10 jun.2024.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 1059-1079, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/> . Acesso em: 25 jun.2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2023.

GOERGEN, P. Bildung e pedagogia: para onde vamos? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 435-452, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2017.v22n69/> . Acesso em:5 out.2024.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HADDAD, Sergio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p.355-369, 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a13.pdf>. Acesso em 03 mar.2025.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **A alegria de ler**, dossiê n. 85, fevereiro,2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-a-alegria-de-ler/>. Acesso em 11 abr.2025.

LEITE, Karina Priscila Aparecida Pinto. **PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS EGRESSOS DO PROEJA NO CÂMPUS SERTÃOZINHO DO IFSP: UM RESGATE HISTÓRICO**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Sertãozinho, São

Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsp.edu.br/items/6d620d24-5529-4a92-9486-983e2dba639f> . Acesso em: 04 out. 2024.

LIMA, Janayna Silva Cavalcante de. **A educação no horizonte do provável: dispositivos biopolíticos na escolarização de pessoas jovens e adultas**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Doutorado Linha de pesquisa em Formação de Professores e Práticas Pedagógicas, Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14916>. Acesso em: 29 set. 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Engels, Friedrich **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <https://piapeprograd.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Istv%C3%A1n-M%C3%A9sz%C3%A1ros-A-educac%C3%A7%C3%A3o-para-al%C3%A9m-do-capital.pdf> . Acesso em: 20 out. 2024.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife, Editora Massangana, 2010.

NICOLAU, Marcos. **O conceito de Bildung em Hegel**. 2019. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/47/2/O%20conceito%20de%20Bildung%20em%20Hegel%20e%20book%20interativo.pdf> . Acesso em 20 de nov. 2024.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2004.
OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **REVISTA EIXO**, v. 10, n. 1, p. 46-52, 2021. Disponível em: <https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809> . Acesso em 20 abr. 2024.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 04 mar. 2025.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575> . Acesso em 12 out. 2024.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Gabriel Lujan. **A FORMAÇÃO (BILDUNG) E A SUA RELAÇÃO COM A MAIORIDADE (MUNDIGKEIT) KANTIANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AÇÕES PEDAGÓGICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**, 2017. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2017103081739.pdf> . Acesso em: 22 out. 2024.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sele lições sobre educação de adultos**, 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PRADO, Helen Wanderley. UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NO PROEJA. **Revista Científica Interdisciplinar**, v. 2358, p. 8411, 2015. Disponível em: <https://www.linkscienceplace.com/index.php/lnk/article/view/117> . Acesso em: 20 jan.2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/32019/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> . Acesso em: 21 out.2024.

ROÇAS, Giselle; MOREIRA, Cristina Maria; PEREIRA, Vinicius Marcus. Produtos e Processos Educacionais no Âmbito de Mestrados e Doutorados Profissionais em Ensino.08 dez.2022. Apresentação do Power Point. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VwJWVyqlf3QmNh59DqyK4WEx1gJgbQge/view?usp=drivesdk> . Acesso em 30 mar. 2025.

ROCHA, Lidianne Mercia Barbosa Malta; FERREIRA, Andréa Marques Vanderley; VIEIRA, Maria de Lourdes Fonseca. Blog educacional: descritores no mestrado profissional em ensino na saúde (MPES). **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 37, 2019. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rt/article/view/8079> . Acesso em 30 mar.2025.

ROCHA, Natielly Granja. **A Educação de Jovens e Adultos no IFPI, Campus de Picos: o PROEJA como política pública de inclusão educacional**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará- Centro de Ciências Agrárias.Fortaleza,2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/67443> . Acesso em: 04 mar.2025.

RODRIGUES, Viviane Borba Bueno. **O passo a passo para a criação de um Blog gratuito na plataforma Wordpress** [Ebook]. – Charqueadas, RS, 2020.

RUMBERGER, Russell W.; LIM, Sun Ah. Why students drop out of school:a review of 25 years of research. Santa Barbara: University of California, 2008. Disponível em: <https://www.issuelab.org/resources/11658/11658.pdf> . Acesso em: 06 mar.2025.

SARMENTO, Januario Neto Pereira; NETO, Alcyr Alves Viana. Produtos educacionais em mestrados profissionais: avaliando o blog no contexto pedagógico. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 52, p. 295-306, 2021.Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3569> . Acesso em: 20 nov.2024.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas** . Campinas: Autores Associados, 2003.

SEVERO, Carlos Emilio Padilla; RODRIGUES, Viviane Borba Bueno. UMA ANÁLISE DA FLUÊNCIA NA REDAÇÃO DE ESTUDANTES DO PROEJA AUXILIADOS PELO BLOG NA EDUCAÇÃO. **EJA em Debate**, 2020.Disponível em:

<https://ojs.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2913>. Acesso em: 30 mar.2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez,2007.

SILVA JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues; DE SOUZA, José Carlos Moreira. Contemporaneidade de Paulo Freire na educação de jovens e adultos no Brasil: um estudo bibliográfico. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 2, p. e038-e038, 2021. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/324>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Gercivania Gomes; DE OLIVEIRA, Francisco Kelsen. Respeito às vivências e à diversidade: Um estudo propositivo aos recursos didáticos utilizados na EJA - EPT. **Revista Semiárido De Visu**, v. 11, n. 2, p. 314-336, 2023. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/395>. Acesso em: 27 fev.2025.

SILVA, Nelson Duarte. **O PROEJA, segundo seus docentes**.2012. Dissertação (mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12176> . Acesso em:03 mar.2025.

SILVA, R. M. D. da. **Blog como dispositivo pedagógico promovendo inclusão digital na EJA da escola pública em Pernambuco**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.Ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12045/1/Arquivototal.pdf> . Acesso em: 20 nov.2024.

SILVA, Talita Mirella Ferreira da. **Desafios à implementação do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) no Campus Ouricuri-IFSERTÃO OPE, na perspectiva dos atores da gestão**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano- Campus Salgueiro,2024. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.Edu.br/jspui/handle/123456789/1378> . Acesso em: 26 fev.2025.

SOUSA, Francinilda da Silva. **Fatores que favorecem a permanência dos alunos na Modalidade EJA-Educação de Jovens e Adultos**: uma revisão de literatura. 2017. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa,2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3612> . Acesso em: 04 out. 2024.

SOUZA, Angela Caroline da Costa Santos; DE ALBUQUERQUE MELO, Sônia Pinto. PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE FEDERAL. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rema/article/view/3413> . Acesso em: 04

out.2024.

SOUZA, F. A. de.; ROCHA, G. K. da; SANTOS, D. M. dos. A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 17, n. 49, p.723–740, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10614319. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/3243> . Acesso em: 5 mar. 2025.

SUAREZ, Rosana. Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). **Kriterion: revista de Filosofia**, v. 46, p. 191-198, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/7Hh9d3cv6KNT4bgrNxcPqGn/> . Acesso em: 20 nov. 2024.

TRENTIN SILVEIRA, Rene. A relação Professor-aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v.43, n.1, p.97-114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/> . Acesso em: 02 mar.2025.

VIANA, Sanda da silva; AUGUSTINHO, Elizabeth. Integração curricular na educação de jovens e adultos- Uma perspectiva de formação humana. In: SOBRINHO, Sidinei Cruz; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. (Org.) **Educação profissional integrada ao ensino médio**. João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/ifpb/catalog/book/388> . Acesso em: 10 nov.2024.

WINKLER, Michael. Bildung and freedom. **Becoming oneself: Dimensions of 'Bildung' and the facilitation of personality development**, p. 89-110, 2012.

XAVIER, Thays Ribeiro Torres Magalhães; FERNANDES, Natal Lânia Roque. Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 5, n. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v5i11.710>. Acesso em 20 fev.2025.

ZEN, Elieser Toretta; OLIVEIRA, Edna Castro de. A práxis filosófica no Proeja: reflexões sobre as relações sociais capitalistas e a formação humana integral. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 231-244, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/k6zCGVjWntF7hN6WwSyCb3P/?lang=pt> . Acesso em: 10 out.2024.

APÊNDICE A-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO
PERNAMBUCANO**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



Você está convidado(a) a participar, como voluntário da pesquisa intitulada: **“FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EJA PROFISSIONAL: Desafios e perspectivas no Campus Picos do IFPI ”**, que está sob a responsabilidade do pesquisador **Aurélio Secundo Ferreira**, tendo como instituição proponente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE- Campus Salgueiro, localizado no endereço BR 232, Km 504, sentido Recife, Zona Rural CEP 56000000, Salgueiro – PE, telefone (87) 3421-0050 , e-mail: cs.comunicacao@ifsertao-pe.edu.br e site https://www.ifsertaopeedu.br/ind_ex.php/campus/salgueiro, estando sob a orientação do professor Dr. **Gabriel Kafure da Rocha**.

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, entre em contato com o pesquisador, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assinale no final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo uma delas sua e a outra minha (responsável pela pesquisa). Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

A pesquisa que você está sendo convidado e incentivado a participar tem como objetivo geral investigar como se dá, a evasão e permanência no âmbito da EJA profissional, no Instituto Federal do Piauí *campus* Picos. Visando constatar as principais dificuldades para continuar frequentando as aulas, os mais importantes motivos que levam a evasão dos estudantes e o que a instituição poderia fazer para ajudar os alunos(a) a permanecer no curso. Uma permanência efetiva que tenha como resultado o êxito estudantil é um alvo a ser alcançado por toda a comunidade acadêmica. Os objetivos específicos da pesquisa são: identificar as principais dificuldades da permanência dos discentes e causas de evasão em curso de PROEJA; analisar a relação entre trabalho e desistência do aluno(a) quanto a trabalhar e estudar simultaneamente; sistematizar um material de orientação ao enfrentamento da evasão na EJA profissional intitulado: EJA em Ação-Permanecer para crescer e avaliar a percepção dos participantes da pesquisa acerca do material de orientação. A pesquisa quanto a abordagem é classificada como qualitativa e quanto a natureza aplicada. A coleta de dados se dará através de questionários. O local onde será desenvolvido a pesquisa será no *Campus* Picos do Instituto Federal do Piauí, curso técnico em comércio na modalidade EJA profissional no nível de ensino médio integrado (módulos IV e VI).

A investigação desenvolvida é caracterizada como risco mínimo, sem a intervenção ou modificação intencional nos fatores fisiológicos e sociais dos indivíduos que participarem do estudo. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em um possível desconforto por parte dos participantes no momento do contato com o pesquisador, podendo ocorrer algum tipo de constrangimento a partir de alguma pergunta realizada. O participante também poderá sentir algum tipo de cansaço durante a realização do questionário ou mesmo

estresse durante a participação na pesquisa. No caso de emergência ou desconforto emocional relacionado à participação no estudo, será disponibilizado ao participante a assistência imediata, integral e gratuita, sob responsabilidade do pesquisador responsável, assim como o encaminhamento para o suporte de profissionais qualificados, como psicólogos, se necessário, cobrindo quaisquer custos associados a essa assistência.

Caso você aceite participar da pesquisa terá os seguintes benefícios: a) acesso ao conhecimento sobre as dificuldades, desafios e perspectivas da EJA-EPT; b) construção de uma ferramenta digital que facilitará o estudo, a análise e a reflexão sobre o público de jovens e adultos no enfrentamento da evasão; c) contribuição na produção de material didático instrucional na área de ensino para EJA profissional, que inclua as experiências, vivências e soluções para a tomada de decisões no ambiente escolar ; d) produção de conhecimento novo relacionado a educação de jovens e adultos, no contexto da formação humana integral; d) contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas locais ou de maior abrangência, que vislumbre a inclusão e garantia do acesso e permanência ao alunos(a) da EJA-EPT no trabalho e na escola.

Como participante da pesquisa você terá total autonomia sobre a mesma, tendo a liberdade para responder ou deixar sem resposta qualquer pergunta que lhe cause constrangimento ou desconforto. Ao longo de todas as fases da pesquisa e após a sua conclusão, serão assumidos os compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas. Para que isto aconteça, serão adotados codinomes para identificação dos participantes, sem que haja nenhum tipo de divulgação dos nomes reais, nem mesmo as iniciais ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.

Em relação aos dados coletados, estes permanecerão em posse apenas do pesquisador que manterá os arquivos sob sua guarda e responsabilidade por um período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados. O participante não receberá nenhuma indenização remuneratória e não terá nenhuma despesa ao participar da referida pesquisa. Os resultados advindos da pesquisa serão analisados, interpretados e publicados, mas sua identificação não será revelada, sendo mantido em absoluto sigilo. Caso persista alguma dúvida, o(a) Sr (a) pode estar entrando em contato com o pesquisador pelo e-mail: aureliosecundo1975@gmail.com e, por telefone (89) 99975- 6943, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CEP/IF SERTÃO- PE, na Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, Petrolina-PE, telefone (87) 2101-2350.

Consentimento Pós-Informação

Eu _____ obtive a informação sobre o que o pesquisador pretende fazer e o motivo da minha colaboração, e compreendi a explicação. Posto isso, eu estou de acordo em participar do projeto, tendo conhecimento que não vou receber nada e que posso sair a qualquer momento. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim participante e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ DATA: ____/____/____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador Responsável

APÊNDICE B- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO 01

1. Como você descreveria sua experiência até agora no curso de Comércio PROEJA no Campus Picos?
2. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta para continuar frequentando as aulas?
3. Em sua opinião, o que mais dificulta a permanência dos alunos no curso?
4. Você já considerou desistir do curso em algum momento? Se sim, quais foram os motivos?
5. O trabalho interfere na sua capacidade de frequentar as aulas regularmente? Como?
6. Quantas horas por semana você trabalha e como isso afeta seus estudos?
7. Quais recursos ou apoios oferecidos pelo Instituto você considera importantes para sua permanência no curso?
8. Você acredita que a formação oferecida pelo curso contribui para sua formação humana integral? De que forma?
9. Quais motivos você acredita serem os principais para a evasão dos seus colegas?
10. O que poderia ser feito pela instituição para ajudá-lo a permanecer no curso?
11. Que fatores pessoais você acha mais importante para sua permanência e êxito no curso?
12. Que sugestões você daria para que outros alunos não desistam do curso?

APÊNDICE C- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO 02

1. Funcionalidade e Usabilidade

1. **O layout do blog é intuitivo e fácil de navegar?**
 - ☐ () Muito fácil
 - ☐ () Fácil
 - ☐ () Neutro
 - ☐ () Difícil
 - ☐ () Muito difícil
2. **Você conseguiu acessar todas as seções do blog sem dificuldades?**
 - ☐ () Sim
 - ☐ () Não
3. **A velocidade de carregamento do blog é adequada?**
 - ☐ () Sim, carrega rapidamente
 - ☐ () Às vezes é lento
 - ☐ () É muito lento
4. **Como você avalia a organização das informações nas diferentes seções do blog?**
 - ☐ () Muito bem organizada
 - ☐ () Bem organizada
 - ☐ () Neutra
 - ☐ () Mal organizada
 - ☐ () Muito mal organizada
5. **O menu de navegação à esquerda facilita o acesso aos conteúdos relacionados à EJA?**
 - ☐ () Sim
 - ☐ () Parcialmente
 - ☐ () Não

2. Conteúdo

6. **Os materiais didáticos disponibilizados no blog atendem às suas necessidades de estudo?**
 - ☐ () Sim, completamente
 - ☐ () Sim, em parte
 - ☐ () Não
7. **As publicações científicas apresentadas são relevantes e úteis para a compreensão da EJA profissional?**
 - ☐ () Sim
 - ☐ () Parcialmente
 - ☐ () Não

8. **As histórias de vida compartilhadas no blog são inspiradoras e refletem as realidades dos alunos da EJA?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Parcialmente
 - ☐ () Não
9. **O conteúdo das dicas práticas é útil para auxiliar na permanência e sucesso dos estudantes no curso?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Em parte
 - ☐ () Não
10. **Os vídeos postados são esclarecedores e de fácil entendimento?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Parcialmente
 - ☐ () Não

3. Comunicação e Interatividade

11. **Você considera que os ícones de compartilhamento e comentários ajudam a aumentar a interação entre os usuários?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Não
12. **Você utilizou a função "Fale Conosco" para esclarecer dúvidas ou dar sugestões?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Não
13. **A interatividade proporcionada pelos comentários e pela possibilidade de compartilhar conteúdos é satisfatória?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Parcialmente
 - ☐ () Não

4. Identidade Visual

14. **A identidade visual do blog (cores, imagens, logotipos) é atraente e condizente com o tema da EJA?**
- ☐ () Sim, está excelente
 - ☐ () Sim, mas pode melhorar
 - ☐ () Não está adequada
15. **As imagens utilizadas no blog ajudam a ilustrar o conteúdo e a tornar a navegação mais agradável?**
- ☐ () Sim
 - ☐ () Parcialmente
 - ☐ () Não

5. Qualidade Geral

16. **De maneira geral, como você avalia a qualidade do conteúdo oferecido no blog?**

- ☐ () Muito boa
- ☐ () Boa
- ☐ () Regular
- ☐ () Ruim

17. **Você considera que o blog é uma ferramenta útil para combater a evasão e infrequência na EJA profissional?**

- ☐ () Sim
- ☐ () Em parte
- ☐ () Não

18. **O blog contribuiu para o seu entendimento sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da EJA?**

- ☐ () Sim
- ☐ () Em parte
- ☐ () Não

6. Sugestões e Melhorias

19. **Quais seções do blog você considera mais úteis para enfrentar a evasão na EJA?**

- ☐ Resposta aberta

20. **Você teria alguma sugestão para melhorar a funcionalidade ou o conteúdo do blog?**

- ☐ Resposta aberta